

Diário do Legislativo de 28/02/2009

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho – PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana – DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique – PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado – PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro – PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio – PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues – PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 10ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - Reunião de Comissões

2 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

3 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 26/2/2009

Presidência do Deputado Alberto Pinto Coelho

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Mensagens nºs 342 e 343/2009 (solicitando tramitação em regime de urgência para o Projeto de Lei nº 2.948/2008 e encaminhando o Projeto de Lei nº 3.057/2009, respectivamente), do Governador do Estado - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 3.058 a 3.065/2009 - Requerimentos nºs 3.356 a 3.380/2009 - Interrupção e reabertura dos trabalhos ordinários - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Dinis Pinheiro - Sargento Rodrigues - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Alencar da Silveira Jr. - André Quintão - Antônio Júlio - Carlos Gomes - Célio Moreira - Chico Uejo - Délio Malheiros - Djalma Diniz - Doutor Rinaldo - Eros Biondini - Gláucia Brandão - Ivair Nogueira - João Leite - Juarez Távora - Leonardo Moreira - Maria Tereza Lara - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Wander Borges.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Vanderlei Miranda, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Dinis Pinheiro, 1º-Secretário, lê a seguinte correspondência:

"MENSAGEM Nº 342/2009*

Belo Horizonte, 20 de fevereiro de 2009.

Senhor Presidente,

Venho, por meio desta, solicitar a Vossa Excelência seja o Projeto de Lei nº 2.948/2008, que dispõe sobre as medidas a serem adotadas pelo Estado para Realização dos Jogos Olímpicos de 2016, apreciado em regime de urgência, consoante permite o art. 69 da Constituição do Estado, considerando-se a necessidade de implementação do respectivo cronograma, para que todas as providências preconizadas se efetivem em tempo hábil.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência a manifestação do meu elevado apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

Aécio Neves, Governador do Estado."

- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.948/2008.

* - Publicado de acordo com o texto original.

"MENSAGEM Nº 343/2009*

Belo Horizonte, 4 de fevereiro de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Apraz-me encaminhar a Vossa Excelência para exame e deliberação dessa egrégia Assembleia Legislativa, o projeto de lei incluso, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Martinho Campos o imóvel que especifica.

O imóvel de que trata o projeto, incorporado ao patrimônio do Estado no ano 1960, por doação de particular, abrigou por um bom tempo uma escola estadual, hoje desativada. A sua sede foi demolida, ficando o imóvel totalmente ocioso.

A Administração Municipal de Martinho Campos deseja construir no local a sede de uma unidade de tratamento de dependentes químicos.

A Secretaria de Estado de Educação manifestou-se favoravelmente à liberação do imóvel, uma vez que não tem planos para o seu aproveitamento.

Tratando-se, pois, de doação que atende ao interesse público, venho solicitar dessa augusta Casa a aprovação do Projeto.

Atenciosamente,

Aécio Neves, Governador do Estado.

Projeto de lei nº 3.057/2009

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Martinho Campos o imóvel que especifica.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Martinho Campos o imóvel constituído de uma área com 10.000.00m², situado na localidade de Cervo, na Fazenda das Pedras, no Município de Martinho Campos, registrado sob o nº 25.768, no Livro 3, fls. 68, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Pitangui.

Parágrafo único - O imóvel de que trata o "caput" destina-se à construção da sede de uma unidade de tratamento de dependentes químicos.

Art. 2º - O imóvel reverterá ao patrimônio do Estado se, no prazo de cinco anos, a partir da publicação desta lei, não lhe for dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

* - Publicado de acordo com o texto original.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 3.058/2009

Declara de utilidade pública a Corporação Musical Santa Cecília, com sede no Município de Itapecerica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Corporação Musicial Santa Cecília, com sede no Município de Itapecerica.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de fevereiro de 2009.

Domingos Sávio

Justificação: A Corporação Musical Santa Cecília, com sede no Município de Itapecerica, é uma entidade civil sem fins lucrativos. Tem como finalidade precípua difundir e desenvolver o gosto pela arte de Euterpe. Ademais, está em pleno funcionamento há mais de um ano, e sua diretoria é composta por pessoas idôneas e não remuneradas pelo exercício de suas funções. Visto que a entidade desenvolve um trabalho social, torna-se justa a sua declaração de utilidade pública.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares à aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Cultura para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.059/2009

Declara de utilidade pública a Ação Social da Catedral Basílica de Mariana, com sede no Município de Mariana.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Ação Social da Catedral Basílica de Mariana, com sede no Município de Mariana.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de fevereiro de 2009.

Padre João

Justificação: Associação beneficente, educacional e cultural sem fins lucrativos, fundada em 20/12/70, tem por objetivos apoiar obras de assistência social e amparo à infância e à maternidade e dispensário médico-dentário, escola doméstica, com cursos teóricos e práticos de corte e costura, bordados, enfermagem do lar e decoração do lar, e cursos de alfabetização e supletivos. Além disso, visa a auxiliar obras educacionais de amparo a adolescentes carentes.

O processo objetivando a utilidade pública, encontra-se legalmente amparado, estando obedecidas as exigências contidas na Lei nº 12.972, de 27/7/1998.

Por estas razões, espero contar com apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.060/2009

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Patrocínio o terreno que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Patrocínio terreno com área de 12.267,51m² (doze mil duzentos e sessenta e sete vírgula cinqüenta e um metros quadrados), e respectivas benfeitorias, localizado na Rua Teodoro Gonçalves, 1.348, situado no Bairro São Cristóvão, nesse Município, registrado sob o nº 8.993, às fls. 159 e 160 do Livro 139, no Cartório de 1º Ofício da Comarca de Patrocínio.

Parágrafo único - O terreno a que se refere o "caput" deste artigo destina-se exclusivamente ao uso do 46º Batalhão da Polícia Militar.

Art. 2º - O terreno de que trata esta lei reverterá ao Estado para construção de escola se, findo o prazo de três anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de fevereiro de 2009.

Deiró Marra

Justificação: O terreno objeto desta proposição pertence à Ceasa-MG e ocupa todo o quarteirão e contém a parte administrativa do 46º BPM e o quartel da 87ª Cia. PM.

A doação desse terreno, que hoje não tem utilidade para a Ceasa-MG, constitui medida de relevante interesse público, pois poderá dar prosseguimento aos interesses do 46º BPM para cumprir as finalidades e assim promover o desenvolvimento da segurança pública.

Em face do exposto, esperamos a anuência dos nobres colegas à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.061/2009

Declara de utilidade pública a União Espírita Cristã Hilton Gonçalves Dias, com sede no Município de Patrocínio.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a União Espírita Cristã Hilton Gonçalves Dias, com sede no Município de Patrocínio.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de fevereiro de 2009.

Deiró Marra

Justificação: A União Espírita Cristã Hilton Gonçalves Dias, com sede no Município de Patrocínio, é uma entidade sem fins lucrativos, constituída nos termos do art. 53 do Código Civil, com prazo indeterminado de duração.

Com a finalidade de divulgar a Doutrina Espírita, por meio dos ensinamentos doutrinários falados e escritos, a União Espírita Cristã Hilton Gonçalves Dias é responsável também pela prática da assistência social, tendo em vista amparar principalmente os jovens na faixa etária de 12 a 17 anos.

Entre outras atividades, a Associação ajuda no desenvolvimento das atividades sociais, que são profissionalizantes e sem fins lucrativos, contribuindo assim para a erradicação da ociosidade e do vício, notadamente o uso de tóxico e entorpecentes.

Constituída em 29/12/2000, é notório o sucesso do grupo na promoção de ações de habitação e reabilitação da pessoa portadora de deficiência e na integração do indivíduo no mercado de trabalho.

A documentação apresentada encontra-se de acordo com o que estabelece a Lei nº 12.972, de 27/7/98, com vistas a sua declaração de utilidade pública. Assim, peço o costumeiro apoio dos nobres colegas à aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Cultura, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.062/2009

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Irmã Maximiliana, com sede no Município de Patrocínio.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente Irmã Maximiliana, com sede no Município de Patrocínio.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de fevereiro de 2009.

Deiró Marra

Justificação: A Associação Beneficente Irmã Maximiliana - Abim -, fundada oficialmente em 25/9/87, é uma associação jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e com duração por tempo indeterminado.

A Associação, de caráter beneficente, assistencial, educativo e cultural, tem por finalidade promover o desenvolvimento social, a ética, a cidadania, os direitos humanos, a democracia e outros valores universais.

Por sua importância, contamos com o apoio dos nobres colegas à aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.063/2009

Declara de utilidade pública o Lions Clube de Patrocínio, com sede no Município de Patrocínio.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Lions Clube de Patrocínio, com sede no Município de Patrocínio.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de fevereiro de 2009.

Deiró Marra

Justificação: O Lions Clube de Patrocínio, com sede no Município de Patrocínio, está em pleno e regular funcionamento há mais de 32 anos, cumprindo as suas finalidades estatutárias e sociais no que concerne às atividades assistenciais beneficentes e filantrópicas. Sua diretoria é constituída de pessoas idôneas e que não recebem remuneração para exercer os cargos.

O Lions Clube está em funcionamento desde 22/6/95. São objetivos da entidade: criar e fomentar um espírito de compreensão entre as pessoas da terra, incentivar os princípios do bom governo e da boa cidadania, interessar-se ativamente pelo bem-estar cívico, cultural, social e moral da comunidade, unir os clubes e associados pelos laços de amizade, companheirismo e compreensão mútua, promover um fórum para a livre discussão de todos os assuntos de interesse público, e incentivar as pessoas bem intencionadas a servir a suas comunidades sem benefício financeiro, estimular a eficiência e promover elevados padrões éticos no comércio, na indústria, nas profissões, nos serviços públicos e nos empreendimentos particulares.

Por sua importância, contamos com o apoio dos nobres colegas à aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.064/2009

Declara de utilidade pública a Associação dos Missionários do Oriente, com sede no Município de Patrocínio.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Missionários do Oriente, com sede no Município de Patrocínio.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de fevereiro de 2009.

Deiró Marra

Justificação: A Associação dos Missionários do Oriente - AMO -, fundada e constituída em 20/9/93, com sede no Município de Patrocínio, é uma associação constituída nos termos do art. 53 do Código Civil, sem fins lucrativos, por tempo indeterminado.

A referida Associação tem por finalidade congregar e assistir os ternos de folias de reis do Município de Patrocínio e região, promover festas religiosas, principalmente a de Santos Reis, dedicar-se a construção de igrejas e grutas, além de angariar fundos e mantimentos para distribuição aos pobres necessitados, acolher sem ônus para a Associação ternos de localidades que venham participar das festas religiosas e promover tudo o que favoreça a concretização de seus fins.

Por sua importância, contamos com o apoio dos nobres colegas à aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Cultura, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.065/2009

Declara de utilidade pública a Associação de Amigos e Ex-alunos do Colégio Luís Gama, com sede no Município de Juiz de Fora.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Amigos e Ex-alunos do Colégio Luís Gama, com sede no Município de Juiz de Fora.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de fevereiro de 2009.

Alencar da Silveira Jr.

Justificação: A Associação de Amigos e Ex-alunos do Colégio Luís Gama é sociedade civil sem fins lucrativos e de natureza filantrópica que desenvolve importante trabalho de fins culturais, educacionais, esportivos, sociais e assistenciais. A sua diretoria é constituída por pessoas de reconhecida idoneidade, que desenvolvem atividades voluntárias.

A referida Associação está em funcionamento há mais de dois anos.

Por sua importância, contamos com o apoio de nossos pares à aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 3.356/2009, do Deputado Leonardo Moreira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Rotary Club de São Gonçalo do Pará pela passagem do Dia Nacional do Rotariano.

Nº 3.357/2009, do Deputado Leonardo Moreira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Rotary Club de São Lourenço pela passagem do Dia Nacional do Rotariano.

Nº 3.358/2009, do Deputado Leonardo Moreira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Rotary Club de São Tiago pela passagem do Dia Nacional do Rotariano.

Nº 3.359/2009, do Deputado Leonardo Moreira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Rotary Club de Pains pela passagem do Dia Nacional do Rotariano.

Nº 3.360/2009, do Deputado Leonardo Moreira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Rotary Club de Monte Sião pela passagem do Dia Nacional do Rotariano.

Nº 3.361/2009, do Deputado Leonardo Moreira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Rotary Club de Elói Mendes pela passagem do Dia Nacional do Rotariano.

Nº 3.362/2009, do Deputado Leonardo Moreira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Rotary Club de Divinópolis pela passagem do Dia Nacional do Rotariano.

Nº 3.363/2009, do Deputado Leonardo Moreira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Rotary Club de Cristais pela passagem do Dia Nacional do Rotariano.

Nº 3.364/2009, do Deputado Leonardo Moreira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Rotary Club de Cláudio pela passagem do Dia Nacional do Rotariano.

Nº 3.365/2009, do Deputado Leonardo Moreira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Rotary Club de Caxambu pela passagem do Dia Nacional do Rotariano.

Nº 3.366/2009, do Deputado Leonardo Moreira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Rotary Club de Carmo do Rio Claro pela passagem do Dia Nacional do Rotariano.

Nº 3.367/2009, do Deputado Leonardo Moreira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Rotary Club de Cruzília pela passagem do Dia Nacional do Rotariano.

Nº 3.368/2009, do Deputado Leonardo Moreira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Rotary Club de Cambuquira pela passagem do Dia Nacional do Rotariano.

Nº 3.369/2009, do Deputado Leonardo Moreira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Rotary Club de Candeias pela passagem do Dia Nacional do Rotariano.

Nº 3.370/2009, do Deputado Leonardo Moreira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Rotary Club de Itanhandu pela passagem do Dia Nacional do Rotariano.

Nº 3.371/2009, do Deputado Leonardo Moreira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Rotary Club de Três Pontas pela passagem do Dia Nacional do Rotariano.

Nº 3.372/2009, do Deputado Leonardo Moreira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Rotary Club de Arcos pela passagem do Dia Nacional do Rotariano.

Nº 3.373/2009, do Deputado Leonardo Moreira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Rotary Club de Oliveira pela passagem do Dia Nacional do Rotariano. (- Distribuídos à Comissão do Trabalho.)

Nº 3.374/2009, do Deputado Wander Borges, em que pleiteia sejam solicitadas ao Presidente do Tribunal de Justiça providências para a instalação de quatro varas em Sabará, tendo em vista que foram assegurados à Comarca seis cargos de Juiz. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 3.375/2009, do Deputado Weliton Prado, em que pleiteia sejam solicitadas ao Presidente da Copasa-MG informações acerca dos contratos que a empresa celebrou com a Serasa S.A. e a Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte - CDL-BH - para a prestação de serviços de inclusão e exclusão de clientes na base de dados do Pefin, no SPC e no cadastro de inadimplentes da referida Câmara. (- À Mesa da Assembléia.)

Nº 3.376/2009, do Deputado Doutor Viana, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Felício dos Santos pelos 46 anos de emancipação desse Município.

Nº 3.377/2009, do Deputado Doutor Viana, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Ingaí pelos 46 anos de emancipação desse Município.

Nº 3.378/2009, do Deputado Doutor Viana, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Datas pelos 46 anos de emancipação desse Município.

Nº 3.379/2009, do Deputado Doutor Viana, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Augusto de Lima pelos 46 anos de emancipação desse Município. (- Distribuídos à Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 3.380/2009, do Deputado Fahim Sawan, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Presidente da Associação Nacional dos Produtores de Alho - Anapa - pelas atividades desenvolvidas por essa entidade. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente - A Presidência, nos termos do § 1º do art. 22 do Regimento Interno, interrompe os trabalhos ordinários para destinar a 1ª Parte desta reunião ao lançamento da Campanha da Fraternidade 2009, com o tema "Fraternidade e Segurança Pública" e o lema "A Paz é Fruto da Justiça".

- A ata desta solenidade será publicada em outra edição.

Reabertura dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos ordinários.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a extraordinária de terça-feira, dia 3 de março, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária na mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição do dia 3/3/2009.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 18/2/2009

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Lúcia Mendonça e os Deputados André Quintão, Carlin Moura, Eros Biondini e João Leite, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Fábio Avelar. Havendo número regimental, a Presidente "ad hoc", Deputada Maria Lúcia Mendonça, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente. A Presidente determina a distribuição das células de votação e convida o Deputado Eros Biondini para atuar como escrutinador. Feita a apuração dos votos, são eleitos, por unanimidade, os Deputados André Quintão e Eros Biondini, para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e são empossados em seus respectivos cargos. São fixados o dia e o horário de funcionamento das reuniões ordinárias da Comissão para as quintas-feiras, às 14h30min. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de fevereiro de 2009.

André Quintão, Presidente - Eros Biondini - Carlin Moura.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.913/2008

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Deputado Luiz Humberto Carneiro, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação de Transformação Social Luz do Mundo, com sede no Município de Uberlândia.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.913/2008 pretende declarar de utilidade pública a Associação de Transformação Social Luz do Mundo, com sede no Município de Uberlândia. Sua finalidade principal é apoiar e assistir os segmentos menos favorecidos daquela comunidade.

Para a consecução de seu propósito, desenvolve atividades voltadas à promoção da cultura, do esporte e do lazer, além da educação infantil e fundamental, de cursos de línguas e aulas particulares de informática, sempre fundamentadas em valores como ética, paz, cidadania, direitos humanos e democracia.

Com a finalidade de combater a pobreza, fomenta o desenvolvimento econômico e social, o voluntariado e a experimentação de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio e emprego.

Diante dessas considerações, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.913/2008, em turno único.

Sala das Comissões, 17 de fevereiro de 2009.

Deiró Marra, relator.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

7ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

Discursos Proferidos em 17/2/2009

A Deputada Cecília Ferramenta*- Boa-tarde a todos os Deputados e a todas as Deputadas. Cumprimento também o nosso Presidente Deputado José Henrique. Hoje eu gostaria de, nestes 15 minutos a que tenho direito, fazer um breve relato aos colegas Deputados do drama que tem vivido a cidade de Ipatinga após as eleições de 2008. De 1989 até 2004, Ipatinga experimentou um projeto de participação popular. Desses 16 anos, em 12 deles Chico Ferramenta esteve à frente administrando Ipatinga, cidade que se transformou e se tornou referência em nível nacional e internacional, recebendo prêmios em várias áreas, como as da saúde e do saneamento - aliás, Ipatinga foi uma das poucas cidades do nosso Estado e do País que realizaram a construção de um aterro sanitário, em 1991. Os índices de mortalidade infantil diminuíram na nossa cidade, a saúde bucal das nossas crianças melhorou consideravelmente, sendo Ipatinga hoje comparada aos países do Primeiro Mundo. Após esses 16 anos de conquistas e de implementação de um projeto destinado, de fato, à nossa população, esta resolveu experimentar um novo projeto, um direito que é democrático. Após as eleições de 2004, passamos a chamar o projeto que permaneceu nos últimos quatro anos de "projeto da perseguição", uma vez que aconteceu a perseguição aos servidores; nossa cidade ficou abandonada, suja, feia e triste. Em 2008, a população resolveu que queria retornar com aquele projeto da participação popular. Assim disse um sonoro "não" nas urnas, e Chico Ferramenta, candidato da força do povo, obteve quase 50% dos votos, nos quais estava imbuída a vontade popular de retornar àquele projeto, que é o verdadeiro para uma cidade e que todos os administradores devem ter. Todavia, infelizmente, nesses últimos quatro anos do "projeto da perseguição", Ipatinga não se apresentou mais na imprensa como a cidade de qualidade de vida, mas sim de escândalos. Por exemplo, saiu publicado no jornal "Estado de Minas" de ontem que a Justiça suspende contrato. Faça questão de ler para V. Exas. trecho dessa reportagem do "Estado de Minas", mostrando esse escândalo que ocorre em nossa cidade. (- Lê:)

"A sociedade organizada, por meio da associação de moradores, levou ao conhecimento do Ministério Público que elaborou a denúncia contra a Prefeitura, o Prefeito e a Fundação de Desenvolvimento de Minas Gerais - Fundep -, atingindo também advogados de Ipatinga. Contratada sem licitação, em agosto de 2007, por R\$748.000,00 para elaborar leis complementares ao plano diretor, a Fundep terceirizou o serviço para o grupo de advogados liderados por Jésus Nascimento da Silva, amigo pessoal do Prefeito. Além da subcontratação, o Ministério Público questiona o conteúdo dessas leis complementares." Vejam bem, Sras. Deputadas e Srs. Deputados: "A coisa é tão escandalosa que a proposta das leis complementares, elaboradas por uma equipe multidisciplinar, não passa de cópias das leis de Belo Horizonte. Não tiveram sequer o trabalho de apagar o nome de ruas e bairros de Belo Horizonte". Isso foi dito por Walter Freitas de Moraes Júnior, Promotor de Justiça de Ipatinga. "O plano diretor da cidade, elaborado sem licitação pela Fundep por R\$393.000,00, também está sob suspeita do Ministério Público. Uma aberração desse plano é que ele previa, por meio de artimanhas na elaboração da Lei de Uso e Ocupação do Solo, o fim das áreas verdes da Usiminas." O plano diretor propôs em torno de 40% das áreas verdes de Ipatinga para fins de especulação imobiliária. "Ainda bem que esse plano diretor está com a sua aplicação suspensa pela ação do Ministério Público. Como mais uma comprovação do esquema montado por uma gangue que ocupou a Prefeitura de Ipatinga," - e que infelizmente continua lá - "temos o documento esquecido" - com a estratégia e as artimanhas - "em cima da mesa do Promotor Walter Freitas, que detalha o procedimento que seria adotado pela Prefeitura para burlar a investigação do Ministério Público. Um dos trechos desse documento afirma que a tática inicial era atender a determinação do Ministério Público de suspender o contrato para obter um intervalo de inércia" - isso está escrito no documento encontrado na mesa do Promotor público - "e, nesse compasso de espera, regularizar a situação em face da legislação licitatória. Outro ponto do documento avalia a situação difícil dos acusados e confirma que não houve nenhum trabalho de especialistas para a elaboração das leis, que foram copiadas de cidades vizinhas, e alerta que o Ministério Público tem provas da não-convocação de especialistas, da fraude do processo licitatório e do descumprimento do contrato. A Justiça de Ipatinga agiu suspendendo o pagamento da Fundep e determinou à Prefeitura que implemente o processo de elaboração das leis complementares ao plano diretor 'com ampla consulta à população, efetiva publicidade dos atos e participação de equipe multidisciplinar especializada'."

Senhoras e senhores, esse desabafo que fazemos aqui é também para expor a situação em que Ipatinga se encontra. Depois desse sonoro "não", dito nas urnas em 5 de outubro, por força de liminar, hoje o projeto da perseguição de Sebastião Quintão é que está lá, na Prefeitura. Estamos lutando com a população, pois ela não quer isso. Como disse anteriormente, a cidade está sofrendo, está triste. Precisamos fazer algo para que o Chico Ferramenta assuma a administração municipal, pois ele não foi candidato por conta e risco dele próprio, e sim porque a Justiça Eleitoral determinou que ele fosse candidato. Quando foi pedida a impugnação do seu registro em primeira instância, a Juíza deferiu-o dizendo que estava apto a ser candidato. Depois, em 3/10/2008, ou seja, dois dias antes das eleições, o TSE também se manifestou favoravelmente ao seu registro, dizendo que ele poderia, então, ser candidato. Portanto, em momento algum, ele burlou a Justiça; em momento algum, foi às urnas eletrônicas e colocou seu nome e sua foto para ser votado. Quem autorizou foi a Justiça. Queremos fazer com que a justiça seja feita. Conclamamos o povo de Ipatinga e todos os mineiros, porque não podemos permitir que a justiça praticada em Ipatinga também seja praticada em outro lugar. Tenho certeza de que estamos no caminho certo e conseguiremos resolver essa situação, com a graça de Deus, porque Deus quer o melhor, e o melhor para Ipatinga é o projeto vitorioso de participação popular, escolhido pela população no dia 5 de outubro.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)*- Deputada Cecília Ferramenta, em solidariedade a V. Exa., ao Chico Ferramenta e à maioria do povo de Ipatinga, quero dizer que realmente nunca vimos uma situação igual a essa, em que o candidato eleito com a maioria dos votos não tomou posse, e sim o outro candidato. Como disse V. Exa., pedimos a Deus que a verdadeira justiça prevaleça o mais rápido possível, para que o povo possa ter paz e tranquilidade, com um governo de participação popular que priorize as políticas públicas e respeite a população. É essa a mensagem que deixamos. Mandamos um abraço fraterno a toda a equipe do Chico Ferramenta e a toda a população de Ipatinga neste momento.

A Deputada Cecília Ferramenta* - Agradeço as palavras da Deputada Maria Tereza Lara e concedemos aparte ao Deputado Weliton Prado.

o Deputado Weliton Prado (em aparte)* - Deputada Cecília Ferramenta, gostaria apenas de parabenizar V. Exa. pelo pronunciamento e deixar aqui a nossa solidariedade. Achamos esse processo um absurdo. A vontade popular não foi respeitada. Quase 50% da população de Ipatinga escolheu o Prefeito Chico Ferramenta. V. Exa. está coberta de razão. A Justiça, que garantiu o deferimento da candidatura do Chico, de modo algum poderia agir de forma contrária à vontade do povo. E a população escolheu o Chico porque sabe do seu compromisso, sabe que ele foi um dos melhores administradores de nosso país. Ele serviu como exemplo do modo petista de governar para várias Prefeituras de todo o País, até para Prefeituras de outros partidos. É um exemplo a ser seguido no que diz respeito à ética, à moralidade, à transparência, ao respeito, à inclusão social. Tenho certeza absoluta de que a justiça será feita e a vontade do povo e a democracia prevalecerão. Parabenizo, portanto, a Deputada Cecília Ferramenta. Esperamos que o Chico Ferramenta seja o Prefeito, porque ele foi eleito e escolhido pelo povo.

A Deputada Cecília Ferramenta* - Muito obrigada, Deputado Weliton Prado.

Lembramos que, no dia 18 de dezembro, o Chico foi diplomado com 64.127 votos. Foi escolhido, pois, pela maioria da população. Terminando, Sr. Presidente, gostaria de deixar uma mensagem do nosso querido Guimarães Rosa para o povo de Ipatinga, um povo corajoso, um povo que acredita, um povo que luta, que trabalha. "O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim, esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem." Coragem, povo de Ipatinga!

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Arlen Santiago* - Sr. Presidente, Deputados, Deputadas, povo de Minas Gerais. Temos acompanhado, nos últimos seis anos, as transformações que Minas Gerais vem experimentando em consequência dos projetos e das ações que estão sendo implementados pelo governo do Estado desde 2003.

O salto na qualidade da educação é algo excepcional. A política de regionalização da saúde, pelos resultados alcançados, serve de inspiração para muitos Estados do Brasil. A política de segurança pública, cujo principal resultado é a queda expressiva nos índices de criminalidade, é apontada por especialistas como uma das melhores do País e também serve de modelo para outras unidades da Federação. Na infra-estrutura, as mudanças são gigantescas. Até 2010, ao que tudo indica, todos os Municípios mineiros terão ligação asfáltica, fundamental para o desenvolvimento socioeconômico dos Municípios, graças ao programa Processo. Hoje, todos os Municípios mineiros já contam com o serviço de telefonia celular, algo extraordinário, pois, até meados do ano passado, quase a metade dos 853 Municípios mineiros não podia falar ao telefone celular.

É extraordinário também o trabalho que vem sendo feito pelo governo de Minas na atração de investimentos para o Estado. Entre 2003 e 2008, foram contabilizados mais de R\$180.000.000,00 em investimentos, que vão gerar milhares de empregos e mais renda para Minas e para os mineiros. Ouso dizer, entretanto, Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, que, entre tantas transformações que Minas vem experimentando, nenhuma é tão significativa quanto a que estamos vendo nas regiões mais carentes do Estado, como o Norte de Minas e os Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Essas regiões são prioritárias para o governo de Minas, porque há um compromisso do Governador Aécio Neves de reduzir as desigualdades regionais. E a prioridade para com essas regiões pode ser facilmente medida pelo volume de recursos que estão sendo lá aplicados pelo governo estadual, seja na saúde, seja na educação, seja na segurança, seja em projetos sociais, sejam em projetos de desenvolvimento econômico. Amanhã mesmo, dia 18 de fevereiro, quarta-feira, Sr. Presidente, o Governador Aécio Neves vai assinar ordem de serviço para investimento de R\$510.000.000,00 em obras de saneamento básico em 463 localidades atendidas pela Copanor, o que beneficiará 400 mil habitantes. A criação da Copanor, subsidiária da Copasa, foi aprovada por esta Casa para atuar no Norte de Minas e nos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e São Mateus.

E ela, que gerou tanta polêmica nesta Casa, está dando uma contribuição decisiva para mudar a realidade das populações dos Municípios mais carentes do Estado.

Do total do investimento, cerca de R\$250.000.000,00 serão destinados às obras já licitadas, que vão atender 92 Municípios, inicialmente, da área de abrangência da Copanor. A empresa investirá R\$143.000.000,00 na compra de materiais e equipamentos, como tubos, reservatórios, hidrômetros, estações de tratamento de água e esgoto. Serão também investidos R\$83.000.000,00 na instalação de 26 mil módulos sanitários. Serão, na verdade, construídos 26 mil banheiros. Pode parecer absurdo, mas estamos no século XXI e milhares de moradores dessas regiões ainda não têm um banheiro em casa.

Precisa ser destacado um aspecto fundamental em relação a esses investimentos que serão realizados pela Copanor. Ao assinar amanhã, no Palácio da Liberdade, a ordem de serviço para o início das obras, será também lançado o documento Trilha da Gestão. Esse documento estabelece diretrizes, procedimentos e recomendações para padronizar e racionalizar o gerenciamento, o acompanhamento e a fiscalização das atividades necessárias para a efetiva implantação dos serviços. Antes as ações eram apenas licitadas e fiscalizadas. Agora serão também acompanhadas com definições de metas, prazos, qualidade e padronização. Para isso o governo vai contratar uma empresa gerenciadora e fiscalizadora das obras.

Hoje a Copasa está com obras de coleta e tratamento de esgoto nas sedes de 8 Municípios: Serro, Diamantina, Araçuai, Itaobim, Almenara, Joáima, Medina e Coronel Murta; já estão licitadas e com ordem de serviço obras em mais 12 cidades: Capelinha, Turmalina, Carbonita, Jequitinhonha, Berilo, Leme do Prado, José Gonçalves de Minas, Couto de Magalhães de Minas, Francisco Badaró, Ponto dos Volantes, Itinga e na nossa querida Salinas, que recebeu, na sexta-feira passada, o nosso Vice-Governador Antonio Augusto Anastasia, que foi levar mais obras de combate e convivência com a seca. As obras desses 20 Municípios vão exigir investimentos da ordem de R\$200.000.000,00. Por meio do Programa Nacional de Desenvolvimento dos Recursos Hídricos - Proágua -, a Copanor vai iniciar, até junho, a operação de serviços de água e esgoto em 19 localidades, além das que foram feitas com investimento de R\$15.000.000,00 em Salinas, quase R\$2.000.000,00 agora em Taiobeiras, quase R\$2.000.000,00 em Rio Pardo de Minas, quase R\$5.000.000,00 em Curral de Dentro. Até agora, com recursos do Proágua, foram feitos investimentos em 29 localidades, como em Diamantina, Araçuai e Minas Novas, da ordem de mais R\$30.000.000,00. Os recursos são do governo estadual e federal, que entram, cada um, com 20% da verba, e do Banco Mundial, que banca 60% do projeto. Já pelo Programa Vida no Vale, criado pelo governo de Minas para melhorar a qualidade de vida e promover condições para a prosperidade dos primeiros 92 Municípios, a Copanor iniciará obras em 32 localidades. Esse gerenciamento que está sendo contratado é uma forma de garantir que os recursos públicos serão bem aplicados e que, de fato, trarão os benefícios esperados e desejados pela população. Essa, aliás, tem sido uma prática deste governo, que, com o Choque de Gestão, organizou administrativa e financeiramente o Estado para poder investir mais no cidadão. Isso nos dá a certeza e a convicção de que as transformações que estamos presenciando em nosso Estado, em particular nas regiões mais carentes, são duradouras e vão mudar, para muito melhor, a face de Minas Gerais. Parabenzamos esta Casa, que soube entender as dificuldades e, em momentos difíceis, votou leis como a lei delegada que deu ao Governador Aécio Neves, ao Vice-Governador Antonio Augusto Anastasia e a esta equipe condições para que o Estado gastasse menos com a máquina administrativa e mais com o cidadão, principalmente das regiões carentes. Parabéns, Governador Aécio Neves! Parabéns, Vice-Governador Anastasia! É isso que Minas quer. É disso que Minas precisa. Quero também abordar outro tema. Caros Deputados Dimas Fabiano e Doutor Rinaldo, este último membro da Comissão de Saúde, freqüentemente vemos na televisão o problema da saúde pública no Brasil. Impressiona-me que neste país, cuja mídia é espetacular, trabalha muito e conta com redes importantíssimas - Rede Globo, Record, Bandeirantes, Rede TV - e com grandes jornais - "Folha de S.Paulo", "O Estado de São Paulo", "Jornal do Brasil", "O Globo", "Estado de Minas", "Hoje em Dia", "O Tempo" e tantos outros -, nenhum deles atente para o real problema da saúde. No Piauí, o Governador Wellington deixa o maior hospital na sede da Capital, em Teresina, com um cardiologista e um neurologista. Por que isso acontece no Estado do Piauí, que é bem gerenciado por um homem que trabalha muito, pelo Governador Wellington, que é do PT, que tem as melhores ligações com o Presidente Lula, e hoje o governo federal detém 72% de todos os recursos? Há problemas lá, há problemas no Rio de Janeiro, na terra do Ministro Temporão, e em todos os lugares. O problema está claro, mas infelizmente a mídia não está olhando para onde ele está: na tabela do SUS, Dr. Rinaldo, por uma consulta simples, o governo federal paga, há mais de 15 anos, R\$2,50. O Presidente Lula já deu dois aumentos para a diária do CTI, e ela continua abaixo do custo. Quer dizer, o governo federal quer melhorar a saúde com essa tabela, que não existe, que é absurda, que faz com que o Brasil gaste menos "per capita" do que países como o Chile, a Argentina e a Bolívia - gastamos pouco mais de R\$100,00 por ano com o nosso povo. Então o problema é simples: a tabela. Não dá para pagar um anestesista R\$20,00, R\$30,00 ou R\$50,00 para fazer um procedimento. Deputado João Leite, se pegarmos um médico que atenda pelo SUS num hospital filantrópico, veremos que receberá R\$2,50 por consulta. Se ele atender 100 pessoas, serão R\$250,00. Como, às vezes, ele está na faixa de Imposto de Renda de 27,5%, esse valor ainda cairá quase 30% para atender 100 pessoas. Em Minas Gerais, o governo do Estado, por meio do Pró-Hosp, complementa esse valor para que os hospitais não quebrem, e é por isso que ainda estão sobrevivendo. Mas o médico não consegue mais trabalhar porque, no final do mês, não dá para pagar o aluguel, a prestação do carro para correr de um hospital a outro. Além disso tudo, da tabela baixa, todos os Estados ainda têm um teto. Montes Claros, por exemplo, não pode fazer 80 cirurgias do coração porque o governo federal não aceita tratar pessoal acima do teto. Então o problema da saúde será tema por muito e muito tempo, porque não mexem na questão do subfinanciamento. Temos de caminhar para fazer a prevenção, tratar dos diabéticos, dos hipertensos, para que eles não venham a ser usuários de CTI no final. Mas, se continuar essa ridícula tabela paga pelo Ministério da Saúde, vai-

se falar de crise, de médico que não quer ser contratado, de médico que não quer estar ali, porque não dá para atender dignamente com o que é pago. E o médico que está lá, atendendo sem condições, sem medicamentos, e que muitas vezes acaba perdendo o paciente, pela doença, ainda poderá ser processado. Além disso, o que o governo federal quer por meio da Previdência Social? Que, além dessa miséria que está sendo paga aos médicos, o hospital, que não recebe nada naquele pagamento do médico, ainda recolha para o INSS. Então, para saber o problema da saúde, caros amigos jornalistas e amigos da mídia, é só pegar a tabela, levantar custos. Isso já foi feito pelo Ipea, em 2002, e praticamente 95% dos procedimentos do SUS são pagos abaixo da tabela. A crise na saúde tem muitas causas, mas a primeira delas é que não há vontade política por parte do governo em mudar a tabela de procedimento do SUS, para que os hospitais possam sobreviver e pagar decentemente não só aos médicos, mas também aos laboratórios. Por exemplo, para tratar a leucemia, usa-se o remédio chamado Glivec, que é caríssimo. Toda vez que um hospital compra o Glivec e dá ao paciente, o hospital tem de tirar de algum outro lugar o valor de R\$1.000,00 para pagar apenas o remédio, sem ter dinheiro para pagar o restante do procedimento necessário para tratar daquele paciente. De maneira que temos de olhar para o problema, e o problema é a tabela do SUS, que realmente é ridícula. E o governo federal, com a popularidade que tem por causa de boas ações, não pode se perder e se chafurdar nessa questão triste e dramática da saúde, principalmente dos mais carentes, com uma tabela ridícula e irrisória como é a do SUS, que vem tratando, ou melhor, maltratando os hospitais e a classe média. Muito obrigado, Deputado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Eros Biondini* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, assessores, servidores da Casa, imprensa presente, amigos que nos acompanham pelas galerias e pela TV Assembleia, nas centenas de Municípios que sintonizam esse canal, em breve os 853 Municípios do Estado estarão sintonizados; hoje este é um elo entre os representados e seus representantes, os parlamentares desta Casa. Tantas e tantas vezes, por mais que nos desloquemos até os rincões e os confins das cidades do nosso Estado, torna-se impossível chegar a todos aqueles que depositam em nós confiança e esperança e que nos trazem suas demandas dia após dia.

Sr. Presidente, falando em elo entre representantes e representados, nesta semana retomaremos os trabalhos da Comissão de Participação Popular. Para mim, é uma alegria permanecer ao lado do Deputado André Quintão, na Vice-Presidência dessa importante Comissão, que contém características peculiares.

A Comissão de Participação Popular tem como característica ser a porta de entrada da Casa do povo, que é a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Por meio das audiências públicas e das reuniões especiais, todos os segmentos da sociedade vêm - e deverão vir, cada vez mais - para manifestarem suas opiniões, serem ouvidos, trazerem suas demandas, seus pedidos. No ano passado, no primeiro biênio, a referida Comissão foi palco de inúmeras reuniões especiais e audiências públicas. Aproveito a oportunidade para ressaltar o trabalho eficaz e eficiente do Presidente Deputado André Quintão, bem como dos demais companheiros da Comissão Popular: Deputados João Leite, Gustavo Valadares e Carlin Moura. Essa Comissão me foi indicada pela querida colega Deputada Maria Tereza Lara, que agora retorna a esta Casa. Considero-a uma grande amiga, pois, quando entrei nesta Casa, para exercer este meu primeiro mandato, ela, de maneira carinhosa, acolheu-me e orientou-me a, se possível, participar da Comissão de Participação Popular. Realmente ela estava coberta de razão; essa Comissão nos levou a produzir grandes frutos e engrandeceu a legislatura da qual participamos.

Sr. Presidente, estou aqui, na verdade, para falar sobre o Projeto de Lei nº 972/2007, de autoria deste Deputado e do Deputado Fahim Sawan. É mais um projeto de lei que trazemos a esta Casa e que se encontra sob a apreciação dos nobres pares e das Comissões de Justiça, de Saúde e de Fiscalização Financeira. Esse projeto já recebeu parecer pela aprovação e agora foi encaminhado à votação, em 1º turno, no Plenário. Então é mais um projeto de lei que apresentamos em defesa da vida, bandeira que, aliás, levantamos desde o primeiro dia em que entramos neste Plenário e pisamos neste tapete azul. Esse nobre e importante Projeto de Lei nº 972/2007, que apresentamos logo no primeiro ano deste mandato, possui procedimentos para a identificação do recém-nascido e de sua mãe nos hospitais e nas maternidades do Estado. Esse projeto foi apreciado nas Comissões, com parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1 apresentado, cujo teor apresento: "Institui procedimentos que dificultem as tentativas de trocas ou as retiradas de recém-nascidos dos hospitais e das maternidades do Estado sem o acompanhamento da mãe; prevê a adoção de pulseira confeccionada em material anti-alérgico - PVC - com bordas laterais delicadas, a ser usada por mãe e filho; a pulseira somente será retirada após a saída do hospital ou da maternidade; determina o exame de DNA quando ocorrer falha no procedimento de identificação; garante controle rigoroso quanto ao fluxo de pessoas e de funcionários nas dependências dos hospitais e das maternidades do Estado; e alerta os pais e familiares do recém-nascido sobre as normas internas de segurança".

Portanto, Sr. Presidente, gostaria que os nobres pares, Deputados e Deputadas desta Casa, apreciassem em Plenário, com muito carinho, o Projeto de Lei nº 972/2007, tendo em vista que diz respeito a todos nós, a nossas famílias, sobretudo às famílias mais carentes, que, infelizmente, têm sido vítimas desses percalços, ou seja, têm sofrido com a troca e até com o rapto de recém-nascidos em maternidades que não têm muita segurança ou que, de alguma maneira, estão mais expostas a esses problemas.

Então, com esse projeto, Sr. Presidente, queremos proporcionar maior segurança e evitar que recém-nascidos sejam trocados equivocadamente ou, infelizmente, algumas vezes propositalmente.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)* - Nobre companheiro, Deputado Eros Biondini, companheiro de caminhada da Renovação Carismática, quero cumprimentá-lo pela sua atuação na Comissão de Participação Popular, como Vice-Presidente, assim como o Presidente, Deputado André Quintão, e todos os outros membros. Eu, que fui Presidente dessa Comissão, sei da importância da Participação Popular. Além do mais, temos um governo federal, um governo democrático popular que prima pela participação popular.

Neste ano, acontecerá a I Conferência Nacional de Segurança Pública, que irá somar-se às conferências setoriais de mulheres e de promoção da igualdade racial, da saúde, da educação, e de tantas outras. Pela primeira vez, agora acontecerá a Conferência Nacional de Segurança Pública. Nossa Comissão já está discutindo o assunto. Estou participando da Comissão de Segurança Pública e posso afirmar que o nosso Presidente, Deputado João Leite, vem tratando desse assunto para que também possamos contribuir com os temas atuais. A segurança é realmente um tema atual no nosso país.

Pensando nisso, Deputado Eros Biondini, estou lembrando-me da sua atuação em relação à juventude. Dessa forma, de público, assumo o compromisso de, junto ao seu mandato, integrar-me na defesa da juventude. A vida dos jovens tem sido banalizada. São inúmeros os jovens assassinados nos dias de hoje. Um exemplo concreto disso acontece em Betim, em que cerca de 10 jovens, por semana, têm sido assassinados. Esse trabalho que V. Exa. faz, conscientizando a juventude e levando até ela um momento de reflexão sobre o valor da vida e da evangelização, para nós é fundamental, tanto para a Comissão de Participação Popular quanto para a nossa Comissão de Segurança Pública. Por isso, desde já, agradeço a integração dos nossos mandatos com esses objetivos em defesa da vida.

O Deputado Eros Biondini* - Obrigado, Deputada Maria Tereza Lara. Tenho certeza de que teremos muitos bons motivos para comemorar essa nossa participação, juntos, não só na cidade de Betim e na Grande BH, mas também em todo o Estado de Minas Gerais, porque temos muitas afinidades na nossa conduta de ação e nos nossos princípios.

Também quero aqui reportar o nosso trabalho na Colônia Santa Isabel, essa difícil e árdua missão que nos foi confiada, de promover a reintegração de segmentos marginalizados e prejudicados historicamente. Temos lutado pela conclusão do processo de identificação das pessoas que receberão ajuda do governo federal, isto é, que receberão a pensão vitalícia, por serem portadores de hanseníase. Tudo isso será trazido para a Comissão de Participação Popular. Na verdade, já temos muitas demandas de vários setores e segmentos da sociedade. V. Exa.

falou muito bem sobre os jovens.

Existe o movimento dos esqueitistas, que nos pedem ajuda para a construção das pistas de esquite na Capital e também em outras cidades, a fim de que tenham essa distração, ocupando o seu tempo, o que é muito importante, uma vez que sabemos que existe hoje uma indústria do crime e da droga, que quer cooptar os nossos jovens e ceifá-los o quanto antes. Infelizmente, se não agirmos no combate e na prevenção do uso de drogas, a nossa juventude estará cada vez mais exposta.

Deputada Maria Tereza Lara, V. Exa. falou sobre a reunião de segurança pública. A Campanha da Fraternidade, que iniciaremos em alguns dias, levará à reflexão desse tema, dizendo que a paz é fruto da justiça. Entre tantos temas que serão abordados, está a reintegração ao seio da família e da sociedade dos que foram privados de liberdade por praticar algum crime ou por usar drogas. Aí está todo o trabalho que já desenvolvemos nas comunidades terapêuticas de Minas Gerais e mesmo fora do Estado. Na sexta-feira, o Frei Hans, da Fazenda da Esperança, chegará a Belo Horizonte. É um grande amigo e incentivador do nosso trabalho e trará um material didático que tem proposto a todo o País. Este será entregue às mãos do Vice-Governador Antônio Junho Anastasia a fim de que seja apreciado para ser avaliada a possibilidade da sua implementação nas escolas. O material trata, principalmente, da prevenção do uso de drogas. Nas Apacs, atuamos com bastante vigor. No Rebanhão, em Betim, lançaremos um documento de apoio à criação de uma unidade da Apac na cidade de Betim e sobre o sistema prisional, oferecendo ao nosso povo uma reflexão para que os detentos, os infratores, sejam recuperados para o próprio bem e também para o da sociedade. Centenas, milhares de pais e mães nos procuram desesperados pensando que um filho morrerá nas mãos de traficantes ou se tornará um deles. Com a Campanha da Fraternidade, percebemos que podemos proporcionar a terceira via: a recuperação das pessoas que, por ventura, tiveram o seu caminho desviado. Isso dá esperança às famílias e à sociedade. Ao se debater o tema, percebemos que há privação de liberdade dos que estão condenados e também das famílias que estão na sociedade, muitas vezes privadas de segurança.

Sr. Presidente, concluo salientando, mais uma vez, a importância do Projeto de Lei nº 972/2007, que trata da proteção ao recém-nascido para que não haja troca em maternidades e hospitais da rede pública estadual, o que tem sido divulgado pela imprensa. Estou certo de que os nobres pares o apreciarão em Plenário com carinho. Peço que nos deem, o quanto antes, esse voto de confiança, aprovando-o em 1º turno e depois em 2º turno, para sanção do Governador. Assim, poderemos ver a lei em prática.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta* - Caro Presidente Deputado José Henrique, companheiros, saúdo a imprensa mineira, que, mais uma vez, às vésperas do carnaval, está cobrindo os trabalhos desta Casa. Um abraço muito especial à região norte-mineira, à região do Jequitinhonha.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, trago os meus cumprimentos ao Deputado Marcus Pestana, Secretário de Estado da Saúde, pela agilidade e pela eficiência com que o Estado está tratando a dengue, pois certamente teremos uma epidemia em 2009. Minas Gerais saiu na frente com algumas ações. Essas ações merecem nosso reconhecimento, não apenas como médico, mas também como Vice-Presidente da Comissão de Saúde que tomou posse hoje, pela manhã, que certamente será parceira do nosso Secretário, do nosso Governador, dos nossos Prefeitos e do nosso povo nas ações de combate à dengue no Estado. No ano passado, houve alguns episódios tristes para a população mineira. Cidades evoluídas e importantes do Estado apresentaram índices jamais imaginados de casos de dengue, o que chamou a atenção. Mas é importante dizer que só haverá solução definitiva para as sucessivas epidemias de dengue que têm assolado o Estado e o País no momento em que tivermos um programa eficiente de combate à pobreza e à falta de saneamento nas diversas regiões. Ainda temos índices altos de Municípios sem nenhum tipo de ação epidemiológica e de saneamento. Nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, há um alto índice de Municípios que não possuem qualquer tipo de tratamento de esgoto sanitário. Muitas localidades ainda têm o esgoto correndo praticamente a céu aberto. É impossível falar no combate à dengue quando grande parte dos nossos Municípios ainda têm esse problema de ordem epidemiológica. Deixo nosso reconhecimento pelo esforço do governo Aécio e do Secretário Marcus Pestana, que, de maneira heróica, apresentam programa preventivo de educação da população, chamando sua atenção para a sua responsabilidade no combate à dengue, colocando nas ruas os fumacêes para tentar matar os mosquitos adultos e fazendo campanha educacional para que a população tenha responsabilidade de não deixar água parada. São atos heróicos, eficientes em parte, mas é o momento de Minas Gerais e o País começarem a pensar seriamente em termos de índice de 100% de saneamento dos Municípios e das localidades. Estamos vendo um programa do governo federal de transposição do Rio São Francisco, e praticamente 99% das cidades mineiras ribeirinhas jogam esgoto dentro do rio, a céu aberto e sem nenhum tipo de saneamento básico. Precisamos encarar 2009 como o ano do desafio, para que Minas Gerais tenha a maioria dos seus Municípios saneados e com a rede de esgoto colhida e tratada, evitando a poluição dos rios. Do contrário, haverá epidemias de dengue e de cólera, como ocorreu recentemente no Município de Pedra Azul, que teve as duas epidemias. Temos esse grande desafio a ser cumprido. Ficam os nossos cumprimentos ao Secretário Marcus Pestana pela eficiência e pelo gesto heróico, pela sua bravura e resistência. Em contrapartida, o governo federal está mais preocupado com outros assuntos do que em trazer o saneamento a 100% dos Municípios brasileiros, e Minas Gerais tem de sair à frente.

O principal assunto que me traz à tribuna é relativo à Copanor. Aliás, são assuntos interligados. A Copanor é uma subsidiária da Copasa criada pelo governo Aécio Neves, votada nesta Casa, e nasceu com a incumbência de levar água tratada e saneamento aos Municípios do Norte de Minas, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri. Estou recebendo um convite do Governador Aécio Neves para que amanhã, 18 de fevereiro, quarta-feira, às 11 horas, possamos estar presentes no Palácio da Liberdade para testemunhar e assistir à assinatura de convênios de 92 Municípios do Jequitinhonha, do Mucuri e de parte do Norte de Minas, que estão recebendo a ordem de serviço para que a Copanor possa agir e ter uma atuação não só nas suas sedes, mas também nos Distritos e nos povoados, levando água tratada a centenas de milhares de pessoas daquelas regiões. Primeiro, gostaria de cumprimentar o Governador Aécio Neves pela feliz iniciativa da criação da Copanor. Cumprimentá-lo também por ter, efetivamente, priorizado essas regiões, separado recursos na ordem de R\$547.000.000,00 para compor o caixa da Copanor e por ter condições de, numa só canetada, dar a ordem de serviço em 92 Municípios dessas regiões. Também gostaria de cumprimentar o companheiro Márcio Kangussu, nascido no Jequitinhonha, pessoa eficiente, um grande amigo nosso, que foi Deputado Estadual e hoje é Diretor-Presidente da Copanor. Ele, efetivamente, tem a sua parcela de responsabilidade nesse grande projeto em que está sendo dada a ordem de serviço por meio do Governador Aécio Neves. Já estivemos com o Vice-Governador, Prof. Anastasia, e com o Governador Aécio Neves, a quem passamos a necessidade de se expandir as atuações da Copanor para o Norte de Minas. Hoje, o responsável pelo abastecimento humano do Norte de Minas é a Copasa. O Norte de Minas faz parte da Copanor, e a Copanor, prioritariamente, está agindo no Jequitinhonha e no Mucuri. Chegou a hora, agora que já foi dada a ordem de serviço para essas regiões, de a Copanor caminhar, estender suas ações à região Oeste do Norte de Minas, atingindo mais de 100 Municípios no Norte e no Noroeste de Minas, para atender e socorrer a nossa população.

Já iniciaremos, caro José Henrique, a partir de março, o primeiro mês da seca de 2009 do Norte de Minas. Em 2007, tivemos praticamente sete meses de seca; em 2008, foram quase nove meses de seca; e agora, em 2009, com o término das chuvas - choveu muito, graças a Deus, em novembro, dezembro, janeiro e parte de fevereiro -, temos de nos preparar para a seca que se inicia em março e certamente irá até agosto, setembro e outubro deste ano.

Dentro de três ou quatro meses, algumas regiões não terão sequer a água para matar a sede do povo do Norte de Minas. Perdemos, no ano passado, mais de 180 mil cabeças de gado. Cento e oitenta mil reses morreram no Norte de Minas. O exército teve de contratar dezenas de caminhões. A Copasa teve de contratar dezenas de caminhões para levar água para matar a sede no Norte mineiro. E veremos novamente esse filme se repetindo a partir de março.

A única chance que temos de dispensar os caminhões-pipa, não precisar mais perfurar poços artesianos nem distribuir canos, a fim de levar água para as pessoas, é a presença efetiva da Copanor no Norte de Minas.

Amanhã, caro Deputado Wander Borges, homem feliz que não passa pelo período de seca na região, cumprimentaremos o Governador por essa ordem de serviço em 92 Municípios da região do Jequitinhonha e do Mucuri, que, dentro de alguns meses, não terão mais o problema da falta de água para o abastecimento humano. Faremos um esforço maior e pediremos ao Governador que estenda essas ações para o Norte de Minas. Legalmente há condições para isso. O projeto de criação da Copanor foi elaborado para atender à região do Norte de Minas, Jequitinhonha e Mucuri. Esperamos que, neste ano de 2009, a Copanor possa efetivamente avançar para dentro do território norte-mineiro, ter suas ações perfurando mais poços artesianos, construindo adutoras e barragens e atendendo a milhares de pessoas, de companheiros, que, dentro de quatro meses, estarão desesperados, querendo água para beber, matar a sede.

Ficam aí os nossos cumprimentos ao Governador e também a nossa esperança. Aliás, a esperança nunca morreu na nossa região e está sempre presente, fazendo parte da índole do Norte; a esperança em Deus, nos homens e na nossa região, uma das mais ricas do País. As terras do Norte de Minas são as mais férteis de todo o País. O que falta ali é água - ou melhor, não falta água, que, durante 4 meses, cai em abundância, mas sim ações para represar e distribuir racionalmente essas águas ao longo dos 12 meses. Temos certeza de que um dia não mais usaremos a tribuna para pedir o que é mais elementar e básico: água para beber e matar a sede do norte-mineiro.

Algumas outras regiões estão ligadas em projetos muito mais avançados, mas infelizmente ainda engatinhamos nesse ponto. A água para nós é sagrada e é tudo para o norte-mineiro. Confiamos em Deus e nas ações do homem.

Meu caro Ruy Muniz, tenho certeza de que as mesmas ações da Copanor estarão presentes, pois Márcio Kangussu, Presidente-Diretor, é companheiro e amigo, aliás, sensível, porque é da região. Queira Deus que um dia o nosso Governador Aécio Neves, que também conhece a nossa região e a atende, vença as resistências dentro do partido e seja para o Brasil o grande Governador, assim como o é para o povo mineiro e norte-mineiro. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Almir Paraca* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras Deputadas, público presente e público da TV Assembleia, inicialmente trago novamente um apelo, renovando uma manifestação que fazemos chegar a todos os colegas e, de maneira especial, ao governo do Estado, que diz respeito ao Programa Luz para Todos. Todo fim de semana, voltando às nossas bases eleitorais, percorrendo regiões do interior de Minas Gerais, deparamo-nos com uma cobrança insistente e permanente: "Quando o Programa Luz para Todos será retomado?". Quando os milhares e milhares de pequenos produtores rurais, que insistem em não ampliar os indicadores do êxodo rural, permanecendo em suas propriedades, tentando tirar delas o sustento de suas famílias, terão acesso a esse bem essencial, a energia elétrica? O Programa Luz para Todos vem sendo executado em todo o território nacional, e infelizmente, em Minas Gerais, na área de cobertura da Cemig, praticamente há um ano e meio, o programa foi suspenso. Vejam vocês que, há um ano e meio, um programa dessa natureza, dessa envergadura e dessa importância está suspenso, sem um único atendimento. O que a Cemig vem fazendo no interior do Estado é, na verdade, adiar, protelar. A essa altura, os funcionários estão sem justificativa, pois já anunciaram, por inúmeras vezes, a retomada desse programa e, infelizmente, nada se concretiza, as obras não são reiniciadas. Trazemos novamente esse apelo. Quero repetir que, nesta Casa, não há um único Deputado que não tenha essa demanda em sua base. Todos nós temos nem que seja uma fatia de base eleitoral no meio rural, no interior do Estado e, por onde andamos, a cobrança é insistente e permanente em relação a isso. Não podemos mais esperar, Dr. Hely, por esse programa essencial para interiorizar o desenvolvimento. Reconhecemos plenamente que muita coisa boa tem sido feita pelo Governador do Estado. Em nossa região - o senhor a conhece bem -, o Alto Paranaíba, o Noroeste, quantas e quantas cidades estão sendo beneficiadas pelo Processo, que muda o perfil das nossas cidades, da nossa região, mas é fundamental que o Programa Luz para Todos, uma parceria do governo federal com o governo do Estado, seja retomado de fato e chegue a tantos e tantos proprietários rurais que aguardam esse benefício.

O Deputado Hely Tarquínio (em aparte) - Cumprimento o nobre Deputado Almir Paraca pelo muito que tem feito em sua região do Noroeste, principalmente em Paracatu, sua cidade natal, onde teve a honra de ser Prefeito, trabalhar muito e dar àquela cidade muita dignidade. Hoje há uma feliz coincidência, pois, por duas reuniões, estivemos juntos para cuidar do Luz para Todos. Realmente há uma cobrança muito grande em relação a isso em todo o Estado, principalmente no Jequitinhonha, no Noroeste e no Alto Paranaíba. A título de informação, acrescento que parece que as nossas cobranças foram ouvidas.

Ao que parece, de acordo com reunião da direção da Cemig em Patos de Minas com as lideranças políticas, principalmente os Prefeitos do Alto Paranaíba e do Noroeste, a notícia que temos é de que o convênio foi assinado. Como é do seu conhecimento, a Emater é que faz os diagnósticos e elabora os critérios para selecionar as inscrições feitas de maneira desorganizada. Estabelece os critérios de IDH considerando a repercussão na educação e na saúde, o número de localidades rurais onde há luz. A seleção e esse diagnóstico devem ser feitos de forma bastante objetiva pela Emater, parceira desse empreendimento no Estado, contando com o apoio do governo federal - devemos dizer isso em alto e bom som. Além do Processo, que está mudando o nosso cenário, o Governador Aécio Neves fez inaugurações e pavimentou centenas de Municípios, ligando as estradas principais. O programa já está cumprido em mais da metade e termina em 2010, com 224 Municípios contemplados. No que se refere à iluminação rural no Alto Paranaíba, na reunião de ontem com Prefeitos e técnicos da Cemig foi feita licitação com a empresa vencedora, que é de Uberaba. Os procedimentos para materializar todo o projeto de iluminação serão iniciados. Houve depoimentos de vários Prefeitos, que estão tomando as devidas providências, porque esse projeto terá a participação do governo federal principalmente, do governo de Minas e dos Municípios. A Emater seria a atividade-meio para conseguir a atividade-fim, que é a iluminação que todos desejamos. Parece que também foi feita a seleção de um lote de solicitações do Jequitinhonha, nos locais mais distantes, onde a iluminação ainda não chegou. Essa notícia também é boa. Para este ano, nas regiões do Noroeste, do Alto Paranaíba e de parte do Jequitinhonha, o número de ligações será substancial. Segundo informações, já está havendo licitação. Não sei qual é a regional na sua região. É Paracatu ou João Pinheiro?

O Deputado Almir Paraca* - Paracatu.

O Deputado Hely Tarquínio (em aparte) - Talvez haja alguma informação nesse sentido, do ponto de vista técnico, com a seleção do Noroeste, com critérios de prioridades bastante claros, de acordo com carências que caracterizam o Brasil. Geralmente há solicitações três ou quatro vezes maiores. A notícia boa é que o Governador está atendendo as solicitações a partir deste mês, materializando a construção das redes. Isso ocorrerá neste ano, com números bastante consideráveis. Em 2010, esperamos não ter mais nenhuma casa sem iluminação na zona rural. É essa a informação que temos. Gostaríamos apenas de acrescentá-la à sua fala, que é pertinente.

Há vários governos, aguardamos o Luz para Todos, agora com essa tríplice aliança, a participação dos Municípios, a dupla aliança entre o governo estadual e o federal, que está destinando um dinheiro substancial para a execução desse projeto. Então depende da boa-vontade do Estado, que está bem-caracterizada.

Queremos agradecer de antemão e pedir, cada vez mais, o empenho do Governador Aécio Neves e de sua equipe, que tanto têm feito por Minas Gerais, trabalhando em várias frentes. Hoje mesmo foi lançado um programa de estudos internacionais sobre os recursos hídricos, principalmente os de água doce. Será instalado em Frutal um instituto, numa parceria do governo federal, do governo Lula, com o governo do Estado.

Ficamos felizes e queríamos corroborar com sua fala. Urge que esse projeto adquira uma velocidade maior para que, em 2010, não tenhamos de assumir aqui essa posição de cobrar luz para todos. Obrigado, Deputado Almir Paraca.

O Deputado Almir Paraca* - Agradecemos ao nobre Deputado Hely Tarquínio e solicitamos da Presidência um pouco mais de tempo para concluirmos o nosso raciocínio.

O que temos a lamentar é exatamente essa demora de um ano e meio para retomar o programa, principalmente porque hoje não tenho mais coragem de ir a público, nas minhas bases eleitorais, afirmar que a Cemig vai retomar o programa Luz para Todos em tal mês, porque foram inúmeras as vezes em que a Cemig anunciou, para o mês que vem, para daqui a dois ou três meses, que retomaria o programa, mas até hoje isso não ocorreu. O último anúncio foi o de que iniciariamos o ano de 2009 a todo o vapor com as empreiteiras já contratadas, assumindo esse programa decisivo e fundamental para interiorizar o desenvolvimento.

Agora o que temos a lamentar ainda mais é que sabemos que o contexto muda. A vida é muito dinâmica. E hoje, em plena crise financeira internacional, sobre aqueles recursos que estavam provisionados há mais de um ano e meio, permitindo que o programa não precisasse ser interrompido em Minas Gerais, certamente hoje parcela substancial desses recursos serão consumidos por essa crise e pela majoração dos preços, fruto desse momento que estamos vivendo. Portanto essa nossa cobrança insistente, mais uma vez, para que a região Noroeste de Minas, assim como o Norte de Minas e o Jequitinhonha, seja priorizada, principalmente em virtude da presença do programa do governo federal Territórios da Cidadania, que garante que programas federais sejam priorizados nas áreas dos territórios da cidadania. É o caso do Noroeste de Minas, de vários Municípios do Norte de Minas e também do Jequitinhonha.

O último registro, Sr. Presidente, é a respeito da nossa visita à Fundação Caio Martins na unidade de Esmeraldas, próximo a Belo Horizonte, na última sexta-feira, acompanhados do Presidente da Fundação, Dr. Cloves Benevides. Pudemos constatar que realmente essa instituição tem um mérito muito grande, uma história muito bonita e um trabalho que não pode ser interrompido, que tem de ser restaurado, tem de ser recuperado, porque são inúmeros os jovens adolescentes e as crianças que são ali assistidos. Trata-se de seis unidades da Fundação Caio Martins em Minas Gerais ao longo da bacia do Rio São Francisco.

Estamos aqui também para reconhecer a dedicação, o esforço e a atenção do Dr. Cloves Benevides, hoje também Presidente da Fundação Caio Martins, associando essa função com a de Subsecretário de Combate às Drogas, na Secretaria de Esportes e Juventude. Precisávamos de que o governo do Estado voltasse os olhos, com vem fazendo, para a Fundação Caio Martins, ampliando o orçamento, como já sinalizou, e tendo, de fato, essa atenção, esse olhar carinhoso, comprometido com a história de atendimento a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Obrigado, Sr. Presidente. Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhores telespectadores, voltamos à tribuna, aproveitando o embalo dos vários pronunciamentos, para fazer alguns esclarecimentos. O Deputado Almir Paraca discorreu sobre a questão do Luz para Todos com muita propriedade, exigindo que se acelerasse esse processo. Gostaria apenas de fazer um esclarecimento, Sr. Presidente. Fui coordenador do Luz para Todos na nossa região, no Mucuri e no Jequitinhonha. Conheço bem o convênio, bem como o contrato. Lembro-me de que, em abril de 2007, tivemos uma reunião pesada em Araguaí. Eu disse, de forma clara, para os Prefeitos e para as lideranças que lá compareceram, que, tanto no âmbito estadual como no federal, especialmente em relação ao pessoal de Furnas, havia um grande engano sobre as informações que estavam sendo prestadas à população. Disse, até de forma forte: estão mentindo para vocês, o programa não vai prosseguir, está acabando, os recursos já acabaram. No contrato do Luz para Todos feito com o governo federal, Minas Gerais participa com 75% das verbas. Contradigo um pouco, nesse aspecto, o Deputado Hely Tarquínio, repetindo que Minas participa com 75% dos recursos, e o governo federal com 25%.

A Cemig, desde janeiro de 2007, já havia solicitado ao governo federal a ampliação do convênio para cumprir aquilo que demagogicamente as pessoas prometeram para os produtores rurais do nosso Estado. Prometeram que cada casebre rural seria eletrificado. O convênio, com base nos levantamentos feitos em julho de 2004, previa a eletrificação de todas as propriedades rurais, e não de todas as casas rurais. Mentiram. Fez-se demagogia ao longo desse tempo todo. A turma contratada por Furnas para fazer a propaganda eleitoral na zona rural foi ampliando essa informação de que cada casebre, cada casa teria luz. Erraram de objetivo, pois o objeto do convênio era toda propriedade rural, e não cada casa rural. Posteriormente, então, negociou-se um novo projeto. Cerca de quatro ou cinco meses atrás, o governo federal resolveu firmar um novo convênio com a Cemig - desde de 2007. O governo Lula federalizou o programa estadual de eletrificação rural que já existia. O Estado de Minas já fazia, e sempre fez, desde o governo Tancredo Neves, projetos de eletrificação rural subsidiados, com base no trabalho conjunto do Estado e da Prefeitura. Então o governo federal resolveu fazer como fez no PAC. As verbas do PAC são recursos já existentes no Orçamento de cada Ministério. Juntam-se essas verbas todas e transformam-nas no PAC. Dão um título, um nome a elas, para poderem vender a imagem e a idéia. No Luz para Todos, aconteceu dessa maneira. Enganaram-se os produtores; enganaram-se os fazendeiros. Além desse aspecto negativo de não atender a todas as casas existentes em cada propriedade rural, cometeu-se ainda outro equívoco. Este, na verdade, foi um erro bom. Muitas pessoas voltaram para a zona rural e muitas novas casas foram construídas com o lançamento do programa Luz para Todos. Um dos dramas do homem que mora no campo é não ter energia elétrica para ligar uma geladeira, uma televisão, um rádio para escutar a notícia. Não havia conforto no campo. Realmente o Luz para Todos é um grande programa, mas é preciso eliminar esses equívocos, esses erros de informação, os quais denunciei numa audiência desta Assembleia Legislativa realizada em Araguaí, em abril de 2007. Já mentiram muito, agora vamos concertar o erro. Com certeza, o que podemos informar ao Deputado Hely Tarquínio e ao Deputado Almir Paraca é que houve problema na licitação e esta só sairá no próximo dia 27 de março. Então obras, só em abril. Não adianta iludir o povo falando que as obras começarão. Não há restrição de território, a Cemig tem feito tudo palmilhado com empresas que atingem todo o território do Estado. O programa voltará, o governo federal já o assinou, a Cemig já fez a licitação. A licitação apresentou problema, e nova licitação será aberta no dia 27 de março. Não vamos mais iludir o povo: obras do Luz para Todos só a partir de abril, elas não acontecerão antes.

Em segundo lugar, agradeço à Mesa. Desde 2007, aqui compareço reclamando da falta de uma súmula dos projetos que são apresentados para votação. Hoje fiquei muito alegre porque, a partir de hoje, a assessoria de imprensa da Assembleia colocou à disposição dos Deputados o BIP. O Deputado Sargento Rodrigues sabe da queixa. Falamos com o Prof. Hely Tarquínio que diligenciasse o assunto junto à Mesa, já que não se podia fazer uma súmula mais detalhada de cada projeto, para que não viéssemos aqui votar sem saber o que continha o projeto. Alguns projetos passam por algumas comissões, não por todas, e o Deputado não tem conhecimento de todos. Eles chegavam aqui com aquele texto pequeno, e nós sem entendermos o que estávamos discutindo. Então, muito obrigado, direção da Casa, por não terem me respondido como haviam feito por três vezes: "Está na internet". E daí que está na internet? Isso tem de estar na mão do Deputado na hora da discussão dos projetos em Plenário. Portanto agradeço o cumprimento dessa providência. O BIP, que serve à assessoria de imprensa, agora já serve também aos Deputados. Não só a imprensa estará bem informada, mas também os Deputados no momento da discussão do projeto no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. O Deputado Carlos Pimenta ressaltou a importância do encontro que acontecerá amanhã, às 11 horas, para o lançamento da Copanor: a autorização para obras em 92 Municípios dos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha. Faça apenas uma pequena correção quando ele diz que não começou no Norte de Minas. Na lista, há vários Municípios do Norte de Minas que também foram incluídos na primeira fase das obras. O que aconteceu? Muitos Prefeitos tiveram problemas com as Câmaras Municipais, que não aprovaram o ingresso desses Municípios na Copanor. Conheço um caso específico em que a concessão era prevista para 15 anos; os Vereadores resolveram reduzir para 5 anos, mas o contrato não pode ser alterado, tem de ser de 15 anos, renovável por mais 15 anos. Então as Prefeituras não se habilitaram na Copanor. Temos aqui a relação dos 92 Municípios que serão beneficiados com as obras da Copanor de rede de esgoto e água tratados nos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha e no Norte de Minas. Claro que quem andou mais rápido aprovou a lei mais depressa, quem firmou logo o convênio terá prioridade; os demais aguardarão uma próxima licitação. Amanhã, realmente teremos, no Palácio da Liberdade, uma grande festa, em que 92 Municípios, com o Governador Aécio Neves, assinarão o início das obras.

Sr. Presidente, cumprimento o pessoal da minha terra, de Teófilo Otôni: o Cb. Celso, o Bispo D. Diogo, o Pe. Joel e sobretudo o Vereador Dedeu Baterias, Eduardo Sulz. Amanhã será inaugurado o projeto Cidadão.NET na igreja da Vila Pedrosa. Queremos cumprimentar essas pessoas,

especialmente o Bispo D. Diogo e o Pe. Joel, que permitiram que o projeto Cidadão.NET funcionasse na área da igreja. Esse é o nosso agradecimento. Agradeço também ao Governador Aécio Neves por ter-nos comunicado que inauguraremos, no dia 19, o Centro Solidário de Educação Infantil, uma bela obra feita pelo Servas, que atenderá crianças dos Bairros São Cristóvão, Vila Ramos e Vila Betel.

Trata-se de uma obra do Servas, definida pelo Governador Aécio Neves. Um benefício a mais para Teófilo Otôni. Só lamento que o governo do Estado, o Servas e outras entidades continuem fazendo inaugurações em dias em que temos de estar aqui, obrigatoriamente, portanto quando os Deputados não podem comparecer a elas. Já fiz aqui um apelo, e o faço, mais uma vez, para que marquem as inaugurações para as segundas e sextas-feiras. Em Teófilo Otôni, não há aeroporto, portanto não existe linha aérea para podermos chegar lá e voltar no mesmo dia para a Assembleia, a fim de cumprir a nossa obrigação de Deputado. É muito ruim marcar a inauguração de uma obra para o mesmo momento em que o Deputado tem de estar no Plenário, pois deixamos de comparecer ao evento, e as pessoas, às vezes, não ficam sabendo que lutamos tanto por aquela obra. Não somos Deus, onipresentes, por isso não podemos estar lá e cá. Por isso é muito ruim os Secretários de Estado e dirigentes de órgãos marcarem inaugurações às quais os Deputados deveriam comparecer - por serem obras para cuja conquista ele trabalhou -, e isso não é possível, uma vez que elas são marcadas exatamente para os dias em que temos de estar no Plenário ou em reunião de Comissão.

Quero ainda, Sr. Presidente, agradecer ao Deputado Agostinho Patrus Filho a nomeação de um chefe para o Sistema Nacional de Emprego - Sine -, de Teófilo Otôni. A Sedese de lá funcionava sem esse profissional, e agora tomou posse nesse órgão o Sr. Juraci Pereira Júnior. Ele é de Divisópolis e tomou posse em Teófilo Otôni.

Finalizando, Sr. Presidente, vou falar a respeito de um assunto do qual não gostaria de falar mais, porém infelizmente tenho de fazê-lo. Em setembro do ano passado, apresentamos a denúncia de que a Prefeitura de Teófilo Otôni, embora recebendo normalmente os recursos do SUS e um volume de dinheiro enorme do governo do Estado, especialmente para o Pro-Hosp e outras providências, como custo para treinamento... Só para se ter uma idéia, Sr. Presidente, em 2007 o governo do Estado investiu R\$16.000.000,00 na macrorregião de Teófilo Otôni; em 2008, R\$14.000.000,00. Em setembro, denunciemos o Hospital Santa Rosália. Trata-se de um hospital de altíssima resolução que existe na nossa região e o único grande hospital com resolubilidade máxima. Esse hospital tinha um crédito de R\$3.000.000,00 na Prefeitura de Teófilo Otôni e não o recebia. Agora vejo aqui que a dívida aumentou, foi para R\$3.500.000,00. Lamento que isso aconteça, porque denunciemos o fato e politicamente fomos prejudicados. A própria direção do hospital, com medo de não receber, fez média com a Prefeitura desmentindo aquilo que eu falava. Hoje eles apresentam uma planilha de um débito da Prefeitura de Teófilo Otôni com o Hospital Santa Rosália de R\$3.500.000,00, embora o governo do Estado esteja repassando, religiosamente, as verbas do Pro-Hosp, e, sobretudo, o SUS nacional continue repassando recursos para a nossa cidade.

É lamentável que isso aconteça, porque lá, recentemente, foi feita uma vistoria no hospital municipal, desativado e reativado com recursos do governo do Estado. Coisas assustadoras estão acontecendo no pronto-socorro e no Hospital Municipal de Teófilo Otôni. Vejam o laudo técnico: todos os itens pactuados, no repasse do governo do Estado com a Prefeitura, em indicadores de gestão não foram cumpridos. Nenhum item pactuado foi cumprido nesse hospital municipal. Quanto ao quadro de enfermagem, este é interessante, porque lá existem seis médicos plantonistas e apenas um enfermeiro para atender em cada plantão de seis médicos. Como um enfermeiro vai se virar para atender o paciente? Um enfermeiro só, atendendo ao serviço de seis médicos. Esse quadro torna-se cada dia mais complicado. Quanto às pactuações feitas, diz o documento: até o momento, dois anos depois, nenhuma das capacitações pactuadas. Quer dizer, o Estado colocou dinheiro à disposição para o treinamento de pessoal, para a melhoria da qualidade de mão-de-obra - aliás, para a melhoria salarial dos servidores municipais, que vão aperfeiçoar sua capacitação, o seu desempenho -, mas nenhum item foi cumprido. Isso me preocupa, Sr. Presidente, no momento em que o Estado coloca à disposição da Prefeitura R\$16.000.000,00, em 2007 e R\$14.000.000,00, em 2008, e a falta de gestão não deixa acontecer o benefício para o povo. A situação da saúde, apesar desses investimentos fortíssimos, é terrível.

Vários Deputados da Comissão de Saúde estiveram lá para confirmar isso, em 2007. Por causa da minha denúncia e da visita da Comissão de Saúde da Assembleia, o Governador Aécio Neves determinou ao Secretário Marcus Pestana que liberasse um grande volume de recursos para Teófilo Otôni. É lamentável, dois anos depois, sabermos que o dinheiro está depositado, está em caixa, mas as obras não são realizadas. Não se capacita o pessoal, não se corrigem os erros de gestão. Há um enfermeiro para atender seis médicos num plantão, e um pronto-socorro em um hospital municipal. A situação é dramática, grave, e lamentavelmente a imprensa local não tem acompanhado a questão com o devido cuidado. Certamente estamos perdendo, já que muitos recursos poderiam estar sendo negociados e acertados para 2009, a fim de melhorar a saúde da nossa macrorregião. Quem sofre com isso? Águas Formosas, Nanuque e Araçuaí, porque Teófilo Otôni, como macrorregião, tinha de dar resolubilidade a uma enorme série de demandas do nosso povo, da nossa população pobre, que busca o atendimento de saúde no SUS. Lamento ter de tocar nesse assunto, Sr. Presidente, mas é importante lembrarmos à população da macrorregião de Teófilo Otôni que, da parte do governo Aécio Neves, não faltou dinheiro nem apoio. Em Teófilo Otôni, aceitamos até a importação de um Secretário de Saúde, de Nanuque, indicado pelo Dr. Karam, a fim de aplicar os recursos. Discutimos também um caixa diferenciado para a saúde, a fim de evitar que os recursos se misturassem, pois, em 2005, desviaram R\$1.500.000,00 dos recursos da saúde para o caixa único da Prefeitura e, em 2006, R\$1.350.000,00.

Então fizemos um esforço enorme. Os Deputados estiveram lá - não fui, para não dizerem que se tratava de uma atitude política. Não estamos em um ano eleitoral. Cabe a nós refazeremos a crítica: é preciso melhorar a gestão da saúde na macrorregião de Teófilo Otôni. Todavia, se não pudermos fazê-lo por meio da Prefeitura, peço ao Secretário Marcus Pestana que os recursos sejam postos à disposição de Nanuque, que está sofrendo desesperadamente, pois sua área de saúde está completamente desestruturada. Que possamos, então, atender a partir de Araçuaí, Águas Formosas e Almenara, se Teófilo Otôni não quiser honrar os compromissos que fez com o governo do Estado.

Está aqui o documento técnico. Conforme verificamos, não se cumpriu sequer um item pactuado com o Estado. Está tudo atrasado, apesar de o dinheiro ter sido disponibilizado, estar em caixa. A nossa Prefeitura lamentavelmente deixa o povo morrer à míngua na porta de um pronto-socorro que não atende direito, na porta de um hospital que funciona a trancos e barrancos, isso depois de ter fechado os Hospitais São Vicente de Paulo e Vera Cruz e de colocar o Hospital Santa Rosália em situação dramática, no que se refere ao atendimento macrorregional.

Sr. Presidente, desculpe-me por ter ultrapassado um pouco o meu tempo, mas era importante fazer essas comunicações. Quero, sobretudo, renovar o meu apelo para que todos os 92 Prefeitos das regiões do Mucuri, Jequitinhonha e alguns do Norte de Minas estejam amanhã, às 11 horas, no Palácio da Liberdade, para a grande festa do saneamento básico. O maior projeto de saneamento básico da história de Minas Gerais começa amanhã, com a ordem de serviço para obras em mais de 300 dos 632 povoados, Distritos e cidades que serão beneficiados com água e esgoto tratados pela Copanor. Obrigada, Sr. Presidente.

8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 18/2/2009

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho a esta tribuna para me manifestar a respeito do Dia do Pesquisador Científico, criado pela Lei nº 17.989, de 30/12/2008.

Os avanços da ciência e da tecnologia são resultados de um trabalho científico que tem como suporte a dedicação dos pesquisadores. O pesquisador científico tem uma característica bastante diferente do perfil das pessoas em geral, porque tem uma vocação, um dom de Deus para dedicar-se à ciência, para o bem da humanidade e seu próprio. Percebemos que o pesquisador tem uma missão a cumprir na observação

do mundo, da natureza, do cosmo, da sociedade, mas muitas vezes não é valorizado. Por isso apresentamos um projeto de lei nesta Casa, o qual recebeu o nº 2.112/2008 e, graças a esta Casa, que o aprovou, e ao Governador Aécio Neves, foi sancionado no final do ano e instituiu o Dia do Pesquisador, que já foi comemorado no dia 15 de fevereiro. Por isso estamos nos manifestando hoje.

Após anos de estudo e experiências, em que esses abnegados seres humanos se debruçam sobre uma determinada linha de pesquisa, eles oferecem os conhecimentos e as descobertas a toda a humanidade. Como o trabalho de pesquisa científica é geralmente desenvolvido nos ambientes herméticos dos laboratórios, verdadeiros santuários dos pesquisadores, estes raramente deixam o anonimato e quase nunca recebem o reconhecimento devido da sociedade. É preciso valorizar esses cientistas e sua decisiva atuação pelo progresso e pela vida. Com esse objetivo, apresentei, nesta Casa, o referido projeto de lei, aprovado e transformado em norma jurídica em 30/12/2008.

De acordo com a nova lei, fica instituído o Dia Estadual do Pesquisador Científico, a ser comemorado anualmente no dia 15 de fevereiro, data que é também a do nascimento de Galileu Galilei, notável pesquisador, nascido em Pisa, Noroeste da Itália, em 1564. Suas descobertas transpuseram os séculos e muito contribuíram para as várias ciências.

Galileu, que criou o método experimental em astronomia para defender o sistema de Nicolau Copérnico, o heliocentrismo, estabeleceu que a Terra se move em torno do sol, desacreditando o geocentrismo, mudando toda uma mentalidade e dando ao mundo um conhecimento muito importante: o de que a Terra não era mais o centro do universo. As pesquisas começaram a ser desenvolvidas a partir dessa época.

Todos os objetos, pesados ou leves, caem com velocidade igual pela força da aceleração da gravidade, abstraindo-se a resistência do ar e a superfície dos objetos.

Além das descobertas astronômicas que revolucionaram a cosmologia, em seu livro "Saggiatore" (experimentador, em italiano), combateu a física aristotélica e argumentou que a matemática deveria ser o fundamento das ciências exatas. Sua vida foi dedicada à ciência e à investigação experimental, tendo legado conclusões surpreendentes e importantes inventos que se refletem no mundo de hoje.

Leonardo da Vinci, pintor, anatomista, engenheiro, matemático, músico, arquiteto e escultor, foi talvez o precursor da ciência do mundo como um todo e foi tido como o homem mais inteligente, se é que é possível medir a inteligência.

Isaac Newton, físico e matemático inglês, pai da física clássica, criou as leis da gravitação universal, as três leis do movimento dos corpos e a teoria corpuscular para a luz. Foi professor da Universidade de Cambridge.

Albert Einstein, físico e matemático alemão, criou a teoria da relatividade espacial, que mudou as idéias sobre o espaço, o tempo e a natureza do universo. Em 1905, utilizou a teoria quântica para explicar o efeito fotoelétrico, recebendo por isso o Prêmio Nobel da Física, em 1921.

Aproveitando a ocasião, queremos aqui fazer justiça a todos os Prêmios Nobel conferidos aos pesquisadores científicos do mundo todo.

Depois, Einstein lançou a teoria especial da relatividade, descrevendo os efeitos do movimento na forma de valores - comprimento, massa e tempo. Em consequência disso, deduziu a fórmula segundo a qual a massa é igual à energia vezes a velocidade da luz. A seguir, criou a teoria geral da relatividade, centrada na gravitação e nos efeitos do movimento acelerado. Nos últimos anos, passou a desenvolver uma grande teoria unificada, um único sistema matemático que incorporasse as leis da gravitação e o eletromagnetismo. E chegou até o nosso tempo a cibernética, o ciberespaço, o que temos hoje de tecnologia e inovação, que permite a comunicação com muito mais facilidade, transformando o mundo numa verdadeira aldeia em minutos, segundos. Isso facilita o conhecimento da natureza, da sociedade, das ciências exatas, das ciências biológicas, das ciências naturais. Isso tudo graças aos grandes pesquisadores, que, muitas vezes, passaram pelo mundo de forma anônima, sem o reconhecimento da sociedade.

Quero chamar a atenção para o fato de que não existe lei que regule o ciberespaço. Tanto é que ele serve para tudo que é bom e tudo que é ruim. Este é o problema ético, o lado ético do pesquisador. Muitas vezes ele tem ética, mas não adivinha que a humanidade possa usar o seu descobrimento, os seus inventos para o mal. Jamais alguém pensaria que Santos Dumont e o inventor da bomba atômica imaginassem que aquilo poderia matar muita gente na Indochina. E isso acontece com frequência.

Temos ainda outra ciência, que é muito importante, para regular tudo isso: a bioética. Trata-se de vida, e, quando se trata da matéria, temos de estabelecer também uma ética de controle. É disso que os países estão precisando. É lógico que voltaremos a comentar outras coisas sobre a parte comportamental do mundo, em outra oportunidade, pois aqui não é possível, a fim de mostrar a interferência, a criatividade dos pesquisadores e o que o homem pode fazer com os eventos e as descobertas para o bem da humanidade e com espírito de humanismo.

Em seguida, quero citar Lavoisier, pai da química molecular, que escreveu o "Tratado Elementar de Química" e estabeleceu a lei da conservação das massas, na qual resume tudo: nada se perde, nada se ganha, tudo se transforma. Isso tem o valor de um princípio fundamental, com o qual a ciência pôde evoluir até hoje. Aprendemos isso no ginásio e, depois, no científico. Ele criou a nomenclatura das substâncias químicas. Surgiram assim os compostos de oxigênio, enxofre e fósforo. Ele concluiu a fórmula da água, descobrindo que ela tinha dois elementos químicos, na seguinte proporção: H₂O.

Louis Pasteur: seu nome faz parte da história da química e da medicina. Estudou química, física e cristalografia. Vinicultores e cervejeiros pediram que ele estudasse, pois vinhos e cervejas azedavam. Então, descobriu que a bactéria provocava a fermentação e a decomposição do vinho, que não se conservava. Verificou que o aquecimento do vinho e da cerveja provocava a morte de microorganismos chamados de bactérias. A esse método chamou de pasteurização. Então a pasteurização do leite, ou seja, da maioria dos produtos que necessitam de pasteurização, veio de um princípio simples, mas complexo, porque estava na mão de alguém que poderia descobrir que teria essa missão. Esse método passou a ser usado por Lester, cirurgião inglês, esterilizando os materiais cirúrgicos e evitando assim a contaminação e a morte da maioria dos pacientes operados. A partir daí diminuiu muito a mortalidade de pacientes. Depois essa esterilização foi muito aplicada com a descoberta de bactérias e vírus, evitando muitas mortes, principalmente a infecção puerperal. Alguém que a estudou foi Semmelweis. Depois descobriu o princípio da vacina anti-rábica. Toda doença infecciosa é causada por um micróbio ou vírus com possibilidade de se propagar entre as pessoas. Foi por aí que a coisa começou. Houve a descoberta da vacina por Jenner - aliás, ele descobriu a varíola -, e os princípios da vacina foram aplicados.

Andreas Vesalius era belga e foi um anatomista, professor na universidade de Pádua. Pioneiro na anatomia humana, escreveu "De Humani Corporis Fabrica", livro de anatomia humana. Mais tarde, com outros anatomistas e patologistas, introduziu a prática da necropsia, promovendo o nascimento da clínica anátomo-patológica. Só daí para cá, a medicina pôde evoluir.

William Harvey descobriu a circulação sanguínea, que possibilitou a cirurgia cardíaca no mundo contemporâneo - cirurgias complexas, baseadas numa única descoberta de William Harvey -, ou seja, descobriu como funcionava a circulação venosa, arterial e de coração.

Depois veio Gregor Johann Mendel, pai da genética, que estabeleceu as leis da hereditariedade, que, no mundo de hoje, evoluiu para o genoma. Ele era um monge agostiniano. Na horta, fazia o cruzamento entre as plantas, verificando a cor. Havia um gene que conferia a cor. Depois conseguiu definir o que são cromossomos e as doenças que, muitas vezes, são pares de cromossomos chamados de recessivos na base de 4 por 1. Quando nasciam esses 25%, a planta tinha problema - aliás, no homem isso também determina uma série de doenças. Daí para a frente a coisa foi evoluindo e chegamos ao genoma de hoje, que, aliás, já está numa fase de reprodução muito importante, como do clone. Tudo isso tem de ser controlado, assim como essas próprias células germinativas, primárias, primitivas. Isso foi discutido e aprovado no Supremo, mas tem de ser controlado. Por isso se chama bioética. Muitas pessoas não podem manipular, porque não estão preparadas e trarão monstruosidades. São descobertas tão importantes para a sociedade. Repito: Gregor, pai da genética, era monge e gostava de biologia.

Notáveis também foram as pesquisas de Charles Darwin, que culminaram na publicação do seu livro "A Origem das Espécies", em novembro de 1859, que trata da evolução por meio da seleção natural. Esse pesquisador ficou durante cinco anos em um navio, no Arquipélago de Galápagos, próximo do Equador, período em que teve o seu raciocínio aguçado. Fez do navio um laboratório. Teve doenças complicadas, problemas de enjôo e uma série de coisas. Deu à humanidade esse livro exemplar. Não quero polemizar com a questão da religião e o lado cientista. Penso que Deus é um princípio de inteligência que está na cabeça do cientista. Então não é necessária essa briga sobre a criação especial das espécies ou da sua evolução. Há sinais claros de que a evolução das espécies aconteceu. Entretanto, se houve outra forma de criação, podemos também aceitar, como o que está na Bíblia. Não queremos polemizar. O que queremos é mostrar a importância do cidadão, do pesquisador, que trouxe um bem à humanidade. Isso é o verdadeiro humanismo, é um trabalho pouco contemplado do ponto de vista financeiro, mas que abrange o íntimo e a alma da pessoa, a vontade de viver e de descobrir. Assim os seus inventos foram notáveis.

Com a teoria de Darwin, mudou-se a forma de pensar em inúmeros campos de estudo, da biologia à antropologia social, que é a mais complexa, ou seja, envolve um homem compreender o outro. Isso mostra que o homem tem dois comportamentos, um de animal e outro controlado; são o paleocérebro da neurociência e o cérebro moderno, que é o controle. É necessário que haja regras. Há regras, há leis para serem elaboradas. Isso é importante, porque o paleocérebro complicará a vida, assim como a música "reggae" acima de 12, 13 horas. Assim, homenageio essas pessoas com essa lei, expondo tal idéia.

Sigmund Freud, nascido em 1856, na Morávia. Seus estudos foram os pioneiros acerca do inconsciente humano e suas motivações. Freud trabalhou na elaboração da psicanálise, método de tratamento para perturbações ou distúrbios nervosos ou psíquicos bastante diferente da hipnose ou do método catártico. O método psicanalítico baseado na psicodinâmica consistia em estabelecer relações entre o que o paciente mostrava ao analista por meio de conversas, comentários e os mais diversos sinais do inconsciente. Trata-se de descobrir o inconsciente do outro. Depois, Freud foi seguido por Jung, Adler e outros. Dizia ele: "Só a experiência própria é capaz de tornar sábio o ser humano".

Oswaldo Cruz, médico, cientista, bacteriologista, epidemiologista e sanitarista. Seus estudos sobre as moléstias tropicais e a medicina experimental foram pioneiros e produziram grandes resultados.

Vou finalizar. Depois vou requerer a palavra pelo art. 70, pois esse assunto é um pouco longo e terei de fazer uma série de comentários. Antes de mais nada, chamo a atenção para a necessidade de contribuirmos sempre com o governo para que destine recursos para contemplar pesquisas na Fapemig, como o Governador Aécio Neves fez neste ano. Já se gastou 1% do Orçamento para contemplar as pesquisas na Fapemig. Isso vai muito bem. Ontem estivemos no Palácio, e três convênios no valor de R\$33.000.000,00 foram assinados para pesquisas híbridas no Município de Frutal, para implantação de centros de pesquisas em convênio com o governo federal do nosso querido Lula. É por aí que se faz política; é com essa tripla aliança que poderemos, no caso, contemplar os pesquisadores e dar-lhes melhores condições de vida, para que tenhamos um mundo mais humano e mais progressista. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Mosconi* - Caro Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, representantes da imprensa. Saúdo de forma especial os Prefeitos de Paraisópolis, Sérgio Bizarria, e de Gonçalves, Luiz Rosa, que aqui se encontram. É uma satisfação para esta Casa recebê-los aqui.

Sr. Presidente, envie hoje "e-mail" ao Presidente Nacional do PSDB, Senador Sérgio Guerra, com o seguinte teor: "Prezado Senador Sérgio Guerra, Presidente Nacional do PSDB, cumprimento V. Exa. pela firmeza demonstrada na condução do partido, que resultou na decisão de realizar prévias para escolha do candidato do PSDB à Presidência da República. V. Exa., dessa forma, cumpre o estatuto do partido e preserva a candidatura legítima do Governador Aécio Neves, que disputará democraticamente sua indicação. Essa louvável atitude não só mantém a unidade partidária como também demonstra coerência política, motivando a militância da agremiação e preparando-a para a disputa eleitoral. O PSDB de Minas Gerais se sente gratificado em poder apresentar à consideração dos filiados um nome da dimensão do Governador Aécio Neves, que reúne todas as condições para ser candidato a Presidente da República e conduzir-nos a uma grande vitória."

Caro Presidente, essa decisão veio em boa hora, porque o Governador Aécio Neves já fazia apelos à diretoria do partido há bastante tempo, de acordo com o estatuto, para que fossem realizadas as prévias para a escolha do candidato a Presidente da República. De uma maneira infeliz, alguns setores do PSDB, principalmente de São Paulo, não aceitavam essa condição e queriam ungir um candidato sem manifestar o critério com que isso poderia ser feito.

Mais uma vez, o Governador dá uma enorme demonstração de competência, coerência política, firmeza e determinação, manifestando seu interesse em ser candidato - e será -, mas colocando seu nome para escolha democrática dos filiados do PSDB. Essa é a maneira correta, limpa, democrática e participativa de escolher um candidato. Felizmente, a diretoria do PSDB ouviu o Governador de Minas Gerais e realizará as prévias. Isso não é novidade no partido. Aqui em Minas já realizamos prévias e ouvimos algumas lideranças de São Paulo dizer que quando o Aécio foi escolhido candidato ao governo do Estado não passou por prévia alguma. E não passou porque não havia opositor, porque ninguém queria concorrer com ele. Foi candidato sozinho, e pronto.

Há alguns anos houve mais de uma candidatura em Minas Gerais - na ocasião eu era Presidente do partido. O Prefeito de Belo Horizonte, Eduardo Azeredo, pleiteava sua candidatura ao governo do Estado, assim como o ex-Ministro Paulino Cicero.

Foi realizada uma prévia no Estado, e quem venceu foi o então Prefeito Eduardo Azeredo, que foi candidato a Governador de Minas e ganhou as eleições. O partido prega a realização de prévias, que é uma conduta absolutamente democrática, válida, justa, correta, aberta, franca. O Governador venceu essa parada. Não foi fácil. Disseram que teriam de sair do partido, que o PSDB estaria fechando as portas, mas agora chega. As coisas estão ficando mais claras. O Governador poderá, perfeitamente, ser candidato e disputar democraticamente essa condição com o Governador de São Paulo.

Ouçó, com muito prazer, nosso Líder, o Deputado Vanderlei Miranda.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Meu companheiro neste Parlamento, Deputado Carlos Mosconi, quero roubar - no bom sentido -, com sua permissão, o seu tempo de fala, a fim de parabenizar a Executiva Nacional do PSDB por essa decisão inteligente de levar a escolha para as prévias. Ontem a nossa colega Deputada Ana Maria Resende, do partido de V. Exa., passou uma lista nesta Casa em apoio à candidatura do nosso Governador Aécio Neves à Presidência da República, e eu, com muito prazer, coloquei ali minha assinatura. Coloquei porque sonho e acredito em ver Minas Gerais no cenário nacional, ocupando o espaço de importância que sempre teve. Com o Governador Aécio Neves, escolhido nessas prévias, como candidato, teremos novamente um Presidente de Minas Gerais; e assim Minas Gerais estará

ocupando o seu espaço de importância no cenário nacional político e - por que não dizer - mundial. Muito obrigado pelo aparte.

O Deputado Carlos Mosconi* - Eu que agradeço, meu caro Deputado Vanderlei Miranda. O aparte de V. Exa. enriquece meu pronunciamento, uma vez que V. Exa., não sendo do partido, manifesta também seu apoio a essa posição do Governador Aécio Neves, agora como pré-candidato real à Presidência da República.

Tive o prazer de assinar ontem o manifesto que a Deputada Ana Maria Resende apresentou e, na oportunidade, cumprimento a nossa colega.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Carlos Mosconi. Gostaria de parabenizá-lo por trazer à tribuna esse assunto, tão importante para os mineiros, que não poderia ter sido tratado de forma mais expressiva e democrática dentro do partido ao qual tenho a honra de pertencer, assim como V. Exa. Fiz o mesmo expediente que V. Exa. Estamos vivendo um momento importantíssimo para Minas Gerais e para o Brasil. Aliás, o PSDB não se resume ao Estado de São Paulo. O Estado de Minas é o berço maior das tradições democráticas de Milton Campos, de Juscelino Kubitschek, de Tancredo Neves. Temos, com certeza, de passar pelo crivo do chão mineiro. Hoje de manhã, falamos sobre a conduta extraordinária e austera do nosso Governador, quando se reúne, agora à tarde, com a Mesa desta Casa e todos os Secretários, a fim de definir as ações maiores do nosso Estado.

Quanto ao seu pé na estrada, que terá início após o carnaval, será empunhada, sim, a bandeira de Minas, a bandeira do PSDB e a bandeira da moralidade, porque o Governador já deu demonstração, em todos os Estados que tem percorrido e principalmente para os Governadores que têm vindo ao Palácio, da sua conduta ética à frente dos destinos de Minas. Acho que este é o momento, Deputado Carlos Mosconi, quando o Governador dá a sua arrancada da vitória, como noticiam os jornais. Tenho certeza absoluta de que, pelo nosso PSDB, por Minas e pelo Brasil, ele sairá candidato e, com certeza, será o nosso futuro Presidente do Brasil.

Parabenizo o PSDB e V. Exa., que tão bem representa o nosso Sul de Minas. Estaremos empunhando a bandeira da vitória do nosso Governador na Presidência. Parabéns!

O Deputado Carlos Mosconi* - Agradeço suas palavras, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. V. Exa. fala com a autoridade de quem é de Ouro Fino, onde foi feito o famoso Acordo de Ouro Fino, décadas atrás, Acordo Café com Leite, entre Minas e São Paulo. Hoje a coisa está indo por outro caminho. São Paulo e Minas estavam indo para uma guerra absolutamente injustificável, mas a prévia vai resolver a questão. Dizia-se que a vez não era do Governador Aécio Neves, mas do Governador José Serra. Não temos nada contra ele, que faz um bom governo e é uma liderança política importantíssima no País, mas a vez não é dele, é do Governador Aécio Neves, que é Governador pela segunda vez e não poderá reeleger-se novamente. O Governador de São Paulo poderá ser reeleito.

O indivíduo, quando perde o lugar, continua em primeiro lugar na fila ou vai para o último lugar? Isso é o que deveria estar acontecendo. O Governador José Serra tem mais um mandato pela frente. Ficamos muito felizes, meu caro Deputado Dalmo Ribeiro Silva, por termos em Minas Gerais a possibilidade real, depois de muito tempo, de elegermos um Presidente da República. Não há quem não reconheça isso no Brasil. Minas Gerais tem grande vocação para ter essa liderança no País.

Na República "café-com-leite", tivemos grandes Presidentes. Isso aconteceu à época da primeira República, de 1900 a 1930. Para citarmos os últimos Presidentes, Juscelino Kubitschek é reconhecido no Brasil como o maior Presidente que este país já teve. Ele foi uma grande liderança e fez muito por São Paulo. Ele foi o melhor Presidente para São Paulo. Fez também muito por Minas, pelo Nordeste e por São Paulo. O grande Presidente Tancredo Neves, sem assumir a Presidência, conseguiu a proeza política, digna de um gênio político, de derrubar uma revolução, de desmontar uma ditadura sem nem um tiro sequer. Consegui, com sua inteligência, com sua capacidade, com seu poder de convencimento, de entendimento, mudar o Brasil, transformá-lo novamente numa democracia. O Presidente Itamar Franco, que ficou pouco tempo na Presidência, conseguiu coisas importantíssimas também, acabando com a inflação, até. Queremos essa oportunidade. Acho que Minas inteira vai-se unir. Vamos fazer as alianças possíveis, mas vamos fazer uma grande aliança com o povo de Minas Gerais, para que o nosso país tenha na Presidência, mais uma vez, um Presidente da estirpe de Aécio Neves, esse grande Governador, que já deu demonstrações de ser um grande estadista. Ele mudou a história de Minas Gerais em dois mandatos, tirou Minas de dificuldades econômicas, financeiras e administrativas. Ele saneou o Estado e toma medidas que antecedem as dificuldades. Na crise, puxou o sinal amarelo, pedindo-nos calma, confirmando que o Orçamento não seria modificado. E é isso o que ele vai fazer. Por essa razão, meus Deputados, é que manifestamos a nossa satisfação por essa mudança enorme que estamos tendo na política nacional hoje. Podemos dizer que o nosso Governador é candidato à Presidência da República. Ele se coloca com toda força, com toda legitimidade, com sua mineiridade, com Minas Gerais unida em torno de seu nome.

O Deputado Zé Maia (em aparte)* - Deputado Carlos Mosconi, quero cumprimentá-lo pelo sóbrio pronunciamento. Estava em meu gabinete quando ouvi as suas considerações e as do Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Desci para cumprimentá-lo e para dizer que o Governador de Minas, com sua experiência política, poderá contribuir com esse processo. Na minha visão, o PSDB irá unir-se mais com as prévias. Na falta das prévias, haveria uma exclusão. Evidentemente isso o ajuda a aparecer à frente nas pesquisas, mas nós, que conhecemos o Governador Aécio Neves com seu carisma, competência e administração primorosa, como V. Exa. ressaltou tão bem, não temos dúvida de que, quando o povo brasileiro o conhecer mais de perto, o escolherá para ser o candidato do PSDB à Presidência da República, e, certamente, na campanha presidencial ele se sagrará vitorioso por todos os méritos que tem na vida pública. Parabéns por seu pronunciamento.

O Deputado Carlos Mosconi* - Agradeço muito ao Deputado Zé Maia sua manifestação e suas palavras, que vêm ao encontro do que colocamos aqui. Essa boa notícia que recebemos hoje deixa nosso Estado extremamente gratificado. Ouvimos, com muito prazer, o Deputado Durval Ângelo, que está se manifestando, e queria deixar aqui essa minha satisfação e orgulho de ser mineiro. Temos um grande candidato do Estado, o Governador Aécio Neves, com todas as condições para, em primeiro lugar, ganhar a prévia e, depois, ganhar as eleições e ser um grande Presidente da República, como é da tradição do nosso povo. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, nobres colegas Deputadas e Deputados, imprensa, funcionários da Casa, telespectadores que nos vêem pela TV Assembleia e das galerias. Com a crise internacional e, conseqüentemente, os reflexos sentidos em nosso país, além da população em geral, os microempresários estão sendo extremamente prejudicados. O que me deixa mais triste é saber que os maiores entraves que microempresas e pequenas empresas enfrentam atualmente estão sendo produzidos, na sua maioria, em nosso próprio país.

Quero agora fazer algumas considerações sobre certos impostos pagos por esse importante segmento de nossa sociedade: as microempresas e as pequenas empresas.

O Simples Nacional entrou em vigor no dia 1º/7/2007, a partir da Lei Complementar nº 123, de 2006, agrupando seis tributos federais, mais o ICMS estadual e o ISS municipal, cujo comitê gestor é formado por representantes da União. Para muitas empresas, o novo sistema nacional não trouxe nenhum atrativo, uma vez que a sistemática de cobrança do ICMS, quando regulamentada pelos respectivos Estados, trazia normas mais favoráveis para certos produtos. No entendimento de diversos contabilistas e contadores, Minas Gerais possuía a melhor legislação, o Simples Minas, que ficou sem efeito a partir da Lei Complementar nº 123, de dezembro de 2006. Além de a lei mineira dar lugar à legislação federal, Minas Gerais até hoje não regulamentou completamente a situação das empresas mineiras enquadradas no Simples Nacional. Estados como o Mato Grosso, Paraná e São Paulo já promoveram suas regulamentações estaduais. No Paraná, por exemplo, o empresário que fatura

até R\$360.000,00 por ano não paga nada de ICMS.

Aqui, pois, faço um apelo para que o governo de Minas priorize essa situação e olhe mais pelas microempresas e pelas pequenas empresas que atuam em nosso Estado e fazem com que Minas Gerais cresça muito mais.

Já em relação à substituição tributária, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás e São Paulo são alguns dos Estados que expandiram a pauta de seus produtos incluindo setores como os de bebidas, cigarros, materiais de construção, combustíveis, cosméticos, confecções e alimentos, enfim, uma infinidade de produtos no sistema dito ST, que são segmentos com ampla atuação em pequenos negócios. Com a substituição tributária, o empresário paga duas vezes, essas empresas têm de pagar o ICMS antecipado por toda a cadeia produtiva - retenção pelo fabricante ou distribuidor -, o que acaba comprometendo seu capital de giro. As microempresas não têm nenhum benefício em troca desse pagamento antecipado, muito pelo contrário, elas ainda têm um problema financeiro: o de antecipar o imposto de um produto que ainda nem vendeu.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Serei rápido, Deputado, para não atrapalhar a belíssima exposição que V. Exa. nos apresenta. Assiste razão a V. Exa.; estamos já preocupados com essa crise que está assolando todo o mundo. No dia 3 de dezembro, Deputado Doutor Viana, participei de uma reunião na Comissão do Trabalho desta Casa, sob a Presidência, à época, da Deputada Rosângela Reis, e ouvimos todos os segmentos que se desenvolvem e que geram emprego em Minas. Na oportunidade, ouvimos o extraordinário posicionamento do Sindirecta, por intermédio do Dr. Fernando Coura, que manifestou a sua preocupação. Conseqüentemente, Minas, pela Assembleia Legislativa, diante dessa crise que teremos de enfrentar, precisa saber discutir.

À época, fizemos requerimento, aprovado pela Mesa, para iniciar uma discussão ampla em todos os segmentos que V. Exa. enumera, e particularmente para os pequenos, sobre a carga tributária, independentemente de números, de capital, de funcionários. Aliás, esta Casa mesmo - e V. Exa. muito ajudou - aprovou, no ano passado, essa medida excepcional do Governador que anistia as empresas para que fiquem em dia com suas obrigações.

Mas neste momento há algo a que V. Exa. nos remete, uma nova reflexão, que o próprio Governador já tem manifestado à população. Estamos num momento de muita atenção, e tenho certeza, caríssimo Deputado Doutor Viana, de que ainda no mês de março o Governador, com a sua condição extraordinária de grande administrador, com a sua equipe econômica e com a Fiemg, apresentará um novo pacote tributário.

Particularmente, Deputado, gostaria que V. Exa. nos ajudasse quanto à utilização dos precatórios para o pagamento do ICMS. Poderíamos fazer uma compensação de créditos. As indústrias existentes no Estado, já consideradas numa fila para pagar, poderiam utilizar-se dos precatórios relativos a ações já transitadas em julgado. Acredito que daríamos, acima de tudo, um grande momento para as indústrias maiores, assim como para as menores, e o Estado ficaria sem disponibilizar recursos nesse momento. De qualquer maneira, estaremos atentos a essa reflexão que V. Exa. nos propõe, desde as simples até as grandes indústrias, para podermos gerar empregos, capitalizar indústrias, principalmente neste momento em que o Governador tanto tem falado: "Minas é o melhor lugar para se investir".

Parabênizo V. Exa. Tenho certeza de que nessa comissão que será instalada no mês março nesta Casa, por determinação do nosso Presidente, por nossa sugestão, estaremos contemplando a sua inteligência. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana - Diz o pequeno empresário: "Estou pagando por algo que não vendi ainda". Com o caixa comprometido, a solução tem sido reduzir sua margem de lucro. Com alguns produtos tornou-se até inviável trabalhar. Isso aumentou o risco do negócio; há estudos indicando que 75% de suas vendas são feitas a prazo - o que significa que ele só receberá o tributo assumido depois de 30 ou até 45 dias. "Se o cliente não pagou ou atrasou, quem fica com o prejuízo é o microempresário."

A ampliação da pauta de produtos com substituição tributária representa perda do tratamento diferenciado às pequenas empresas, conforme análise dos especialistas. Outro problema enfrentado pelas microempresas e pelas pequenas empresas: arcam com diferencial de alíquota - compram de São Paulo e arcam com a diferença de 12% para 18%.

Infelizmente, a situação financeira e econômica fará com que os microempresários demitam um grande número de empregados. Em sua maioria, têm lucros baixos, empregam trabalhadores que necessitam sustentar suas famílias, não conseguem arcar com os altos custos trabalhistas, enquanto o governo federal arrecada montantes absurdos, estes descontos que escorrem pelo ralo dos escândalos - como exemplo, podemos lembrar o caso de Georgina de Freitas -, e nunca estuda medidas que realmente impulsionem o crescimento das microempresas e das pequenas empresas. Não adianta o governo socorrer apenas os grandes grupos se 60% da mão-de-obra depende do microempresário. Os governos têm de se unir em busca de soluções para este penalizado setor; não podem esperar uma avalanche de demissões para, depois, tentarem tapar o sol com a peneira; devem dialogar, negociar, chegar a um acordo com os microempresários e com seus funcionários; devem rever urgentemente a tributação deste segmento.

Os Estados e os Municípios são responsáveis pela aplicação do novo sistema de tributação, que unificou microempresas e pequenas empresas no Simples Nacional, por opção das empresas. Acontece que alguns microempresários não estão aceitando o Simples Nacional, que teve seu prazo de adesão prorrogado para o próximo dia 20 de fevereiro. Uma das dúvidas é justamente se as microempresas e as pequenas empresas que tenham débitos com a União, com o Município ou com o Estado têm de resolver as pendências antes de aderirem. Ora, se o Simples Nacional veio para solucionar questões, para favorecer as microempresas e as pequenas empresas com dificuldades de faturamento e com problemas para arcar com seus débitos mensais de impostos, não seria melhor que o poder público aceitasse a adesão ao Simples Nacional para posteriormente os empresários resolverem, de forma mais branda, suas pendências? Isso, sim, seria simplificação. Por outro lado, para algumas empresas, o Simples Nacional e o Simples Minas não constituem soluções para os problemas que essas empresas enfrentam. Precisamos de maiores esclarecimentos, temos de informar mais os microempresários e pequenos empresários. Precisamos não só socorrer os grandes empresários, mas também nos atentar - e muito - à situação dos microempresários e dos pequenos empresários.

Outro assunto de grande relevância e também de muita gravidade diz respeito ao fato de que, mais uma vez, recebi em meu gabinete representantes da Associação Comercial dos Feirantes de Minas - ACF -, mais precisamente os barraqueiros da Feira Livre de Veículos do Mineirão, que estão novamente sujeitos a ter cortado o sustento de suas famílias. São pais, mães, avós, irmãos, trabalhadores esforçados, famílias que estão na feira desde a época em que ela ficava na Avenida Catalão, há cerca de 20 anos. O curioso é que a direção da Administração de Estádios de Minas Gerais - Ademg -, que na prática só se interessa pelo Mineirão, há três anos só se preocupa em tentar licitar o espaço ocupado pelos feirantes. No entanto, eles são apenas um acessório da feira: são 27 barracas. O interessante é que a Ademg não se preocupa com o espaço ocupado por mais de 3 mil veículos, uma vez que, nos últimos dois anos, não houve nenhuma publicação referente à licitação deste espaço. A própria administração da Ademg pediu o arquivamento de um processo judicial, alegando ser impossível fazer uma licitação, tendo em vista que o Mineirão passará por reformas, a partir deste ano, para a Copa de 2014.

Se a licitação do espaço ocupado pelos veículos não pode ser feita, pergunto-lhes por que a Ademg insiste, quase todo mês, em publicar um edital para licitar o espaço dos trabalhadores feirantes? Temos conhecimento de questionamentos do Ministério Público, inclusive referentes ao citado processo, de que não é competência da Ademg licitar o espaço ocupado pela feira de veículos, razão pela qual foi suspensa, por mais de uma vez, os mais recentes processos licitatórios publicados. O interessante é que, mensalmente, a direção da Ademg pressiona os barraqueiros com um novo contrato, sem licitação, aumentando o custo da cobrança da barraca, sem licitação, aumentando o valor cobrado semanalmente

pelo espaço, de forma abusiva, sem nenhum critério plausível. Desse modo, pressionados, os barraqueiros assinam os contratos com medo de perderem seu ganha-pão. E, como o valor desse espaço é aumentado sem nenhum critério, eles não têm como pagar isso, pois não vendem o suficiente para custearem aumentos abusivos. Por exemplo: o preço de uma vaga de barraca era de R\$10,00, idêntico ao valor cobrado por cada veículo exposto, por domingo, no ano passado. Hoje os barraqueiros estão pagando R\$80,00, enquanto os expositores de veículos continuam pagando os mesmos R\$10,00. Encaminhamos uma representação da Associação dos Feirantes ao Promotor de Justiça do Ministério Público e Defesa do Patrimônio Público, solicitando urgentemente as providências legais cabíveis, como já aconteceu em outras ocasiões. Essas eram as minhas considerações, Sr. Presidente, Srs. Deputados. O terceiro item, sobre o qual gostaria de me manifestar, tendo em vista a interferência do brilhante companheiro Deputado Dalmo Ribeiro Silva, ficará para um próximo pronunciamento.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores que acompanham a nossa TV Assembleia, com muita alegria agradeço e registro a confiança dos membros designados pelos blocos e partidos políticos para integrarem a Comissão de Participação Popular, no biênio 2009-2010. Membros titulares, os Deputados Eros Biondini, Carlin Moura, João Leite e a Deputada Maria Lúcia Mendonça acabam de me escolher para presidir novamente essa importante Comissão da Assembleia Legislativa, numa reunião que contou com a presença do membro suplente, Deputado Fábio Avelar, e que também reelegeu o companheiro, Deputado Eros Biondini, para ocupar novamente a Vice-Presidência.

Fico particularmente feliz, Sr. Presidente, em função da responsabilidade que assumimos desde 2003, ano da implantação da Comissão de Participação Popular nesta Casa. Tive a honra de proceder a essa implantação por designação do então Presidente, Deputado Mauri Torres, a pedido do Bloco PT-PCdoB. A minha participação também se fez presente no biênio dessa legislatura, nos anos de 2007 e 2008, e agora estou sendo reconduzido, além de ser membro integrante dessa Comissão durante os anos de 2005 e 2006. Nesse período, a Comissão de Participação Popular se afirmou nesta Casa como um espaço legítimo de interlocução entre o Poder Legislativo e a sociedade civil organizada, somando-se aos outros espaços de participação popular já consagrados há alguns anos neste Poder, como seminários, ciclos de debate, fóruns técnicos e as próprias audiências públicas realizadas pelas demais comissões da Casa. Mas, Sr. Presidente, nesse período a Comissão de Participação Popular praticamente se especializou em promover, de maneira organizada e estruturada com a Comissão de Fiscalização Financeira, um processo de participação de cidadãos e cidadãs no chamado ciclo orçamentário.

Conseguimos, na Assembleia, de maneira inédita, em parceria com o governo do Estado e com entidades da sociedade civil, promover audiências públicas participativas no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI -, na LDO, na lei orçamentária e, principalmente, na peça mais importante de planejamento público, o Plano Plurianual de Ação Governamental, o chamado PPAG. Já no ano de 2003 realizamos audiências participativas do PPAG que interferiram no PPAG de 2004/2007; no segundo mandato do governo Aécio, realizamos audiências para discussão do PPAG encaminhado em 2007, válido de 2008 a 2011; e conseguimos, por emenda popular, a realização de revisões anuais do PPAG. Neste ponto, Deputado Eros Biondini, nosso querido Vice-Presidente, quero lembrar que, nesses anos, só nas revisões do PPAG, quase 5 mil lideranças de entidades, de ONGs, de conselhos e de movimentos sociais apresentaram nada mais nada menos do que 426 emendas aprovadas aos PPAGs e 273 emendas aos orçamentos subsequentes, movimentando uma cifra de aproximadamente R\$43.800.000,00 somente em recursos novos - não me refiro aqui às emendas que resultaram no desmembramento de ações já previstos, mas apenas àquelas que implicaram recursos novos, para novas ações ou acréscimos em ações já existentes. Tivemos também o monitoramento de políticas públicas pelo controle da execução orçamentário - posteriormente, mencionarei alguns resultados. Além dessas audiências para discussão do PPAG e das leis orçamentárias, promovemos o projeto Parlamento Jovem, em parceria com a Escola do Legislativo e a PUC Minas, e o "Seminário Legislativo Lixo e Cidadania". Realizamos, nesse período, quase uma centena de audiências públicas e mais de 200 reuniões, ordinárias e extraordinárias, e aprovamos, Deputado Biondini, mais de 500 requerimentos oriundos desse processo de participação popular.

Portanto, considerando o período de junho de 2003, quando a comissão foi instalada, até hoje temos um resultado extremamente positivo, objeto de um esforço coletivo de todos os parlamentares que integram ou integraram essa comissão, com o apoio de outras comissões permanentes, até porque foram várias as audiências realizadas em conjunto com outras comissões desta Casa, particularmente a de Fiscalização Financeira, contando sempre com o apoio dos Presidentes da Casa - Deputado Mauri Torres e, nos últimos anos, Deputado Alberto Pinto Coelho. Esses resultados da Comissão de Participação Popular confirmaram a necessidade, a vontade e o desejo da sociedade civil de aproximar cada vez mais o Poder Legislativo dos movimentos sociais.

Assim, assumo novamente a Presidência dessa comissão, com muita garra e muitas idéias e já com muitas demandas da sociedade civil organizada. Tenho o maior prazer em conceder aparte a um dos Deputados mais atuantes dessa comissão, que novamente nos honra na Vice-Liderança, Deputado Eros Biondini.

O Deputado Eros Biondini (em aparte) - Deputado André Quintão, é uma alegria apartear V. Exa. e uma honra participar de uma Comissão tão importante, presidida por tão nobre Deputado. Parabenizo-o pela forma brilhante com que conduziu os trabalhos no primeiro biênio. Sempre que tenho oportunidade, valorizo e elogio não só sua atuação, mas também a importância dessa Comissão. Se consideramos a Assembleia a Casa do povo, a Comissão de Participação Popular é a porta de entrada desta Casa. É por meio dela que as entidades e os segmentos da sociedade se sentem motivados a interagir com seus representantes. Parabenizo-o pela condução dos trabalhos no primeiro biênio da 16ª Legislatura. V. Exa. citou e tem outros dados para nos relatar a respeito de tantas vitórias e realizações do povo, iniciativas populares que acatamos e transformamos em emendas na Comissão de Participação Popular, tantas audiências públicas. Tenho batido na tecla da importância dessa Comissão, inclusive no sentido de discutir alterações no Regimento Interno para que determinadas matérias sejam submetidas, obrigatoriamente, a audiências públicas. Tudo isso e muito mais foi discutido na Comissão de Participação Popular, tanto na Casa quanto em outros locais. Por fim parabenizo-o pela merecida reeleição para a Presidência dessa Comissão, que faz jus ao seu esforço, à sua competência e à forma como V. Exa. conduz os trabalhos e atua em parceria com os nobres pares. Tenho a alegria de estar ao seu lado como Vice-Presidente da Comissão de Participação Popular, comprometendo-me, a cada dia deste segundo biênio, com toda a filosofia proposta por V. Exa. na Comissão. Parabéns e muito obrigado pelas palavras dirigidas a minha pessoa.

O Deputado André Quintão* - Obrigado. Foram palavras de reconhecimento. Uma andorinha só não faz verão, aqui nenhum Deputado faz nada sozinho. Na Comissão de Participação Popular, principalmente, é fundamental fazer um trabalho colegiado, coletivo e coerente com o das demais comissões permanentes da Casa. A Comissão de Participação Popular não quer superpor seu trabalho ao das demais comissões, mas ser um elo de fortalecimento entre a sociedade e os canais já existentes nesta Casa.

Concedo aparte ao nosso Líder, Deputado Padre João, a quem agradeço a confiança em nos apoiar para a Presidência da Comissão.

O Deputado Padre João (em aparte)* - Caro companheiro, desejo-lhe sucesso em mais este biênio à frente da Comissão de Participação Popular. V. Exa. iniciou esse trabalho. É verdade que todos devem contribuir; nossa Casa ainda tem uma estrutura presidencialista, e, se o Presidente não tiver a sensibilidade para envolver os outros, o trabalho pode ficar emperrado e ser pífio. Nesse sentido reconhecemos sua habilidade, competência, dedicação e capacidade de envolver a Casa na revisão do PPAG, mesmo sendo do partido de Oposição ao governo Aécio, mas em interação com as Secretarias de Governo e de Planejamento.

Parabéns. Espero que a crise não comprometa o excelente trabalho de V. Exa. nestes últimos anos. Que desde já, do início do ano, possamos garantir um envolvimento maior da população com esta Casa, por meio da Comissão de Participação Popular, presidida por V. Exa. Parabéns e bom trabalho ao longo deste ano.

O Deputado André Quintão* - Muito obrigado, Deputado Padre João.

Concluo falando que o mais importante da nossa ação pública e política, em qualquer terreno, são os resultados. A Comissão de Participação Popular conseguiu, por meio das nossas audiências públicas, que Minas Gerais hoje tenha um projeto estruturador de implantação do Sistema Único de Assistência Social, que boa parte dos alunos do ensino médio receba a merenda escolar, que a economia popular solidária tenha recursos para o desenvolvimento do apoio às suas associações. Um debate regionalizado no Jequitinhonha e no Mucuri convergiu para que, no último Plano Plurianual, o Estado encaminhasse um projeto estruturador de convívio com a seca e de inclusão produtiva. Conseguimos que a área de segurança alimentar tivesse recursos adicionais de apoio às Comissões Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional. E, como disse, nada mais, nada menos que 273 emendas aprovadas aos Orçamentos de 2004 até 2008, e para o de 2009, em curso. Neste ano, em junho, haverá um balanço das ações de governo, obrigatório agora por lei, por meio de emenda popular; todos os projetos estruturadores deverão prestar contas nesta Casa, no meio do ano. Uma emenda que contou com o apoio da Secretaria de Planejamento e Gestão.

Concluo, Sr. Presidente, mais uma vez agradecendo ao Presidente da Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho, e às Lideranças partidárias, porque essa Comissão escolhe a sua Presidência fora do critério da proporcionalidade - escolhe por um acordo político -, portanto sei da confiança depositada. E queria, em nome de todos os que contribuíram, agradecer a dois segmentos muito importantes: primeiro aos movimentos sociais, às milhares de pessoas que participaram das audiências e dos processos da Comissão; e não poderia também deixar de agradecer aos servidores desta Casa, de todas as áreas. O êxito da Comissão de Participação Popular se deve e muito ao empenho dos servidores. Diria, usando o jargão do futebol, que os servidores da Assembleia vestiram a camisa da Comissão e da participação popular. Por isso agradeço imensamente a contribuição técnica e de vontade, que nestes anos nunca faltou a este Presidente. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Meu caro Presidente Doutor Viana, companheiro de todas as horas, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, caros Prefeitos e Vereadores que visitam a nossa Casa neste dia, depois de uma solenidade maravilhosa no Palácio da Liberdade, antes de começar, faço uma homenagem ao Deputado Federal José Ulisses, meu companheiro em Brasília, que está, neste instante, visitando a nossa Casa, revendo seu pupilo Tiago Ulisses, nosso Deputado e companheiro, e abraçando os velhos amigos de sempre. Ao José Ulisses, companheiro de longa data, dos tempos gloriosos de Brasília, meu abraço amigo e dos amigos que ficaram no meio do caminho.

Lembro, Sr. Presidente, que a solenidade a que comparecemos hoje, no Palácio da Liberdade, fez-me reconhecer que cometi um equívoco aqui, ontem e anteontem, exatamente porque não consegui realmente saber a dimensão do projeto da Copanor. Eu dizia que é o maior projeto do Brasil, o maior projeto de saneamento básico da história de Minas e do Brasil em regiões carentes, e não é verdade: é o maior do mundo. A verificação foi feita pela própria Copasa: o projeto da Copanor, pelo tamanho da área, pelas condições fisiográficas da área e sobretudo pelas condições humanas, pelo tipo de população e pelas distâncias entre as localidades, é o maior projeto de saneamento básico do mundo para famílias carentes. E hoje estamos nos felicitando pela vitória que esta Assembleia obteve em 2007, aprovando o projeto. Além disso, pela nossa luta para pôr a sede em Teófilo Otôni e priorizar os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e, depois, chegarmos ao Norte de Minas. Estamos aqui manifestando a nossa alegria, felicidade e, sobretudo, o nosso agradecimento ao Governador Aécio Neves por ter entendido e verificado que essa região, diferenciada das outras pelas dificuldades econômico-financeiras e pela falta de infra-estrutura viária, logística e estímulo dos governos ao longo de tanto tempo, recebe não apenas o Travessia em 27 dos 33 Municípios que serão agora beneficiados e também em 462 localidades - pequenas localidades de 200, 3 mil e até 5 mil habitantes -, como também rede de água e de esgoto tratados. Trata-se de um progresso fantástico quanto ao resgate da cidadania e, sobretudo, às condições de saúde do nosso povo.

Sr. Presidente, lembro-me que, quando Prefeito da minha terra, na década de 80 - mais especificamente em 1983, na época em que não havia SUS e a medicina era feita pela própria Prefeitura -, encaminhei alguns médicos para os Distritos e povoados do meu Município - 12 Distritos e povoados numa área de 4.422km², com 4.640km de estradas, praticamente um Estado dentro de um Município. Um dos médicos advertiu-me: não adianta nada o senhor me mandar para lá. Depois de seis meses, verifiquei que 60% das doenças são de origem hídrica ou decorrentes dos esgotos a céu aberto. "Se o senhor não puser água tratada, não vai adiantar. Ficaremos a vida inteira cuidando de doenças que poderiam ser evitadas." Fizemos isso, ou seja, pusemos água tratada em Belo Oriente e Mucuri - os dois maiores Distritos -, e realmente a mortalidade infantil caiu exatamente em 65,6%. Isso foi medido no cemitério da cidade, em razão do número de crianças que morriam por doenças hídricas ou decorrentes da falta de saneamento básico.

Por isso preciso, neste momento, cumprimentar o Governador Aécio Neves e agradecer aos companheiros Deputados que votaram com celeridade esse projeto em 2007, que aliás propiciou-nos, já no final de 2007, ir a Teófilo Otôni, depois de estar em comum acordo com os Deputados do Norte de Minas para pôr a sede da Copanor. Foram destinados R\$545.000.000,00 para essa obra, que aliás é de resgate da cidadania, de profundo valor humano, e precisa ser destacada.

Antes de concluir, Sr. Presidente, precisamos destacar um outro gesto importante para nós outros que somos daquela região: a convocação de Márcio Kangussu para presidir a Copanor. Esse gesto demonstrou não apenas o reconhecimento aos políticos daquela área. Márcio Kangussu, que deixou de ser candidato a Deputado porque não tinha dinheiro para bancar a campanha, foi guindado pelo Governador Aécio Neves à posição de Diretor da Copasa e Presidente da Copanor. Ninguém como ele conhece todos os córregos, riachos, estradas, Distritos e povoados da nossa região. Por isso ele é o homem certo no lugar certo. Conhece as pessoas e os lugares, o que facilita muito o trabalho que será feito e que necessita efetivamente de alguém que conheça profundamente essa região.

Portanto, Sr. Presidente, minha presença aqui hoje é para cumprimentar o Márcio Kangussu pelo desempenho, agradecer ao Governador Aécio Neves a indicação de Márcio Kangussu e ainda aos companheiros a aprovação da lei da Copanor. Além disso, também para dizer ao povo da nossa região que estamos iniciando agora com a Copanor e o Travessia - 27 dos 33 Municípios escolhidos em Minas Gerais são da região do Mucuri e do Jequitinhonha. Gostaria de agradecer ao Governador e dizer que estamos felizes. Já valeu a pena ter sido Deputado por dois anos. Não é preciso mais dois nem quatro nem seis anos. Já justificaram a minha presença no Plenário desta Casa, defendendo os interesses do nosso povo, essas vitórias gigantescas, além do Minas Comunica, idéia que demos e que vingou. Temos hoje ligação por telefone celular em toda a região Norte e Nordeste de Minas Gerais.

Estou feliz, Sr. Presidente, pois, com o apoio e o suporte dos companheiros desta Casa, trabalhamos projetos maiores, que precisam ser estimulados para o futuro, pois o Jequitinhonha e o Mucuri não querem mais esmolas, querem política de governo para efetivamente fazer a redenção do nosso povo, da nossa gente. Agora é a próxima etapa, Sr. Presidente, levar para os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha, especialmente até as barrancas do Rio Jequitinhonha, a oportunidade de transporte das mercadorias que produzimos. Quem visita a região vê, estupefato, em cada estrada de cada Município, as pedreiras de granito explodindo de forma bastante barulhenta. São 400 carretas por dia, estragando o asfalto do Proacesso do Governador Aécio Neves. Quem passa naquelas redondezas vê as jazidas de minério de ferro, calcário, caulim, tório, minério radioativo. Temos as oportunidades, o que nos falta agora, Sr. Governador, Sr. Presidente da República, é que os governos federal e estadual entendam a necessidade de logística. Nossas cidades ficarão lindas, bonitinhas, arrumadas, além dos esgotos, da rede de água e da travessia oferecidas a cada Município. São R\$800.000,00 para infra-estrutura urbana, e a maioria conseguirá calçar todas as ruas. Teremos cidades bonitas, arrumadas, organizadas, mas o emprego, a condição de trabalho não existirá se não iniciarmos agora uma outra luta, a luta pela estrada de ferro, pelas ligações asfálticas, sobretudo aquelas que levem o nosso povo a transportar as suas mercadorias para o litoral.

Obrigado, Sr. Presidente, e que conquistemos juntos, nesta Assembleia, contando com os companheiros, outros êxitos para aquela região desassistida e deprimida do Estado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Almir Paraca* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público das galerias, público que nos acompanha neste momento pela TV Assembléia, agora há pouco, entre aqueles que estavam aqui acompanhando diretamente esta reunião, encontrava-se uma caravana da cidade de João Pinheiro, da nossa região Noroeste, do Vale do Paracatu, capitaneada pelo Vice-Prefeito Kennedy.

Uma das cobranças freqüentes de João Pinheiro, Paracatu, Lagoa Grande, Guarda-Mor, Vazante, Unaí, Brasilândia de Minas, Bonfinópolis, Natalândia, Dom Bosco, Riachinho, Uruana, Uruçuaia, Arinos, Santa Fé, São Romão, Pintópolis, Chapada Gaúcha, Buritis, Formoso e Cabeceira Grande, cidades dos Vales do Paracatu e do Uruçuaia, é em relação ao programa Luz para Todos. Fizemos questão de levantar algumas informações para trazer aqui, porque temos feito essa cobrança permanentemente. É preciso nos assenhorearmos desse programa, apropriarmos-nos das informações, para garantir o mais urgente possível a retomada das ações no interior do Estado e, mais que isso, garantir um planejamento que não permita nova interrupção.

O programa já está interrompido há um ano e meio, o que é uma vergonha - não existe outra palavra para qualificar isso. Como um Estado como Minas Gerais, como uma empresa como a Cemig consegue, não por falta de recursos, mas por dificuldades gerenciais de toda ordem, até de negociação... Certo é que, há um ano e meio, o programa Luz para Todos está suspenso em todo o Estado. Agora, depois de muitas dificuldades, desde setembro do ano passado, salvo engano, após acertar um novo contrato entre a Eletrobrás e a Cemig, de 52 mil novas ligações, no valor de R\$7.500,00 cada uma, a própria coordenação do programa em Minas Gerais, por meio da Furnas Centrais Elétricas, afirma que foram atendidos mais de 210 mil domicílios, restando cerca de 100 mil ligações a serem feitas até 2010. São 100 mil ligações a serem feitas e 52 mil contratadas. Temos, portanto, uma diferença de praticamente 50%.

Se não tomarmos cuidado, não participarmos das negociações, não sensibilizarmos toda a equipe das Secretarias de Estado envolvidas no processo, não buscarmos o acompanhamento fino com a Cemig... Foi anunciada a conclusão das 52 mil ligações contratadas e em processo de licitação, que infelizmente vem se arrastando, para novembro, dezembro, janeiro. Fevereiro está terminando e até agora nenhuma ligação do Luz para Todos foi feita no interior do Estado.

Nossa preocupação é com a possibilidade de uma nova interrupção do programa, após a execução das 52 mil ligações já contratadas. Esse é um problema sério que temos de acompanhar e que não podemos permitir.

Segundo informações passadas pela Furnas Centrais Elétricas, no Estado existem 852 Municípios sendo atendidos pelo programa Luz para Todos, sendo 774 na área de concessão da Cemig, 65 atendidos pela concessionária Energiza-MG, 10 Municípios na área da empresa elétrica Bragantina e 3 na área de concessão da CPFL Mococa. As obras do programa Luz para Todos estão sendo reiniciadas pela concessionária Cemig, atendendo a 55 mil ligações até final de 2009. Trata-se de um número diferente. Eu vinha trabalhando com a informação de 52 mil ligações.

Essas ligações da Cemig foram divididas em dois contratos. O primeiro englobando 20 mil ligações, com previsão de início das obras em fevereiro de 2009, mas até agora nada. O segundo contrato, com 35 mil ligações, terá início em outubro de 2009, segundo informações da concessionária.

Serão priorizados os Municípios com menor IDH e com menor índice de atendimento elétrico, entre outros critérios estabelecidos pelo CGE-MG.

Antes de ceder aparte ao nobre Deputado Padre João, Líder da Bancada do PT, lembramos que foi pactuado, no ano passado, no bojo dessas discussões, que o Vale do Jequitinhonha, o Vale do Mucuri, o Norte de Minas e a região Noroeste seriam priorizados, primeiro por estarem dentro dos critérios elencados e segundo porque são as áreas prioritariamente atendidas pelo programa Territórios da Cidadania, um programa de desenvolvimento territorial do governo federal que prevê, entre outras medidas, que as ações do governo federal devem ser priorizadas nesses territórios.

O Deputado Padre João (em aparte)* - Gostaria de parabenizar V. Exa. por trazer esse assunto a Plenário, pois é de responsabilidade de todos nós. Até porque, salvo engano, em dezembro de 2007 aprovamos aqui um recurso para fazer esse trabalho. A demanda no Estado, pelo menos até o ano passado, era de 115 mil famílias. A esta altura da história, de fato, isso é uma vergonha, usando as palavras de V. Exa. Por quê? De um lado, o governo exige qualidade. A Instrução Normativa nº 51 exige qualidade do leite. Isso implica ter em cada comunidade rural um tanque de resfriamento do leite, até porque a maioria das estradas não tem muito recurso, os acessos são sempre muito difíceis. Então como resfriar o leite sem ter sequer energia elétrica? A esta altura da história, quando falamos em universalização, com o acesso que temos ao mundo pela internet, com a TV digital, só em Minas Gerais mais de 100 mil famílias - meio milhão de pessoas - vivem sem energia elétrica. Não ter energia elétrica é não ter informação, porque não têm televisão, não conseguem sustentar um rádio, porque têm de economizar pilha, não têm uma geladeira, um liquidificador, um chuveiro quente.

Isso não é luxo, são serviços essenciais, que garantem qualidade de vida para o nosso povo. Não dá para entender o que está por trás dessas coisas, pois é um governo que apregoa, a todo canto, que adota um ótimo modelo de gestão. A própria Cemig, que tem o maior número de ligações, é uma das maiores empresas da América Latina. Onde está a competência e a eficiência? Lamentavelmente, quem está sendo punido é o homem do campo. Como, Deputado Almir Paraca, vamos sensibilizar a criança, o jovem e o adulto para permanecerem no campo se lá não há sequer energia elétrica? Temos de repensar e ter ações mais definidas, claras e mais agressivas, no bom sentido, em relação à execução do programa Luz para Todos em Minas Gerais.

Parabéns a V. Exa. por trazer à tribuna esse assunto tão interessante para o povo mineiro.

O Deputado Almir Paraca* - Entendemos isso. A nossa preocupação é essa. A informação oficial de Furnas é que a demanda reprimida atual no Estado de Minas, em relação ao Luz para Todos, ultrapassa 100 mil ligações. O senhor acaba de afirmar que esse indicador é superior a 100 mil. Temos o contrato que fala de 52 mil ligações. Oficialmente, são 55 mil ligações. De qualquer forma, há uma grande defasagem. Tenho dito que nesta Casa não há um único Deputado que até hoje não tenha recebido muitas e muitas cobranças sobre esse programa. Por mais urbana que seja a base de um Deputado, ele deve ter referências, ligações no interior do Estado, no meio rural, portanto nos lugares a que o Luz para Todos ainda não chegou.

Gostaria de trazer alguns dados, não para ficar na disputa da paternidade do programa Luz para Todos, mas para nosso esclarecimento. É claro que é uma parceria entre as duas instâncias, a federal e a estadual. Os dados oficiais são os seguintes: 40% vêm da Conta de Desenvolvimento Energético, que tem um encargo setorial estabelecido em lei e pago pelas empresas de distribuição, cujo valor anual é fixado pela Aneel, com a finalidade de prover recursos para o desenvolvimento energético dos Estados, para viabilizar a competitividade da energia elétrica produzida a partir das fontes eólicas, das pequenas usinas hidrelétricas, da biomassa, do gás natural e do carvão mineral, nas áreas atendidas pelos sistemas elétricos interligados, bem como levar o serviço de energia elétrica a todos os consumidores do território nacional, na chamada universalização. Portanto 40% vêm da esfera federal, da legislação federal, da universalização; 35%, da Reserva Global de Reversão, encargo do setor elétrico brasileiro pago mensalmente pelas empresas concessionárias de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão ou encampação dos serviços públicos de energia elétrica. Há também destinação legal para financiar a expansão e a melhoria desses serviços, bem como para financiar fontes alternativas de energia elétrica, tais como aquelas constantes do Proinfa, para estudos de inventário e visibilidade de aproveitamentos de novos potenciais hidráulicos, e para desenvolver e implantar programas e projetos destinados ao combate, ao desperdício e ao uso eficiente da energia elétrica.

Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade e é limitado a 3% de sua receita anual. Portanto, 40% da conta de desenvolvimento energético, 35% da reserva global são fontes de financiamento do programa Luz para Todos. A concessionária, legalmente, deve entrar com 14%, e o governo do Estado, com 11%. A parceria, independentemente do percentual de cada esfera, deve viabilizar a execução plena do programa.

Sr. Presidente, para finalizar - contando com sua compreensão -, gostaríamos de falar algo relativo aos Municípios de Paracatu e de João Pinheiro, que há pouco tempo estava aqui representado pelo Vice-Prefeito Kennedy, do PSDB. Na última segunda-feira, fizemos o lançamento de uma tecnologia social fundamental para o meio rural, um programa de agroecologia integrado e sustentável. Na Bacia do Rio Paracatu, alcançando os Municípios de João Pinheiro, Paracatu, Unai e Lagoa Grande em um primeiro momento - pretendemos expandir para os demais Municípios da Bacia -, estamos lançando a oferta de uma tecnologia sistematizada, social, de baixo custo, que racionaliza o uso da água e utiliza insumos da propriedade do pequeno agricultor, de forma integrada, buscando a sustentabilidade e produzindo alimentos de qualidade. O excedente é comercializado para melhorar a renda da família de agricultores. Esse programa conta com o apoio da Fundação Banco do Brasil e do Ministério de Ciência e Tecnologia, nesse caso específico e em nível nacional - hoje já com 3 mil unidades, sendo a meta chegar a 10 mil até o final do ano -, conta com o apoio do Ministério da Integração Nacional, do Sebrae, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, da Codevasf. Enfim, há uma grande rede de apoiadores e financiadores para viabilizar a produção de alimento agroecológico de qualidade para o agricultor familiar, que pode disponibilizar o excedente no mercado local, dinamizando e fortalecendo a economia local. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

Deputado Padre João* - Sr. Presidente, é bom ter V. Exa. presidindo os trabalhos, pois o assunto que trago relaciona-se à Medida Provisória nº 455, que trata da alimentação escolar, e V. Exa. representa a Casa no Conselho Estadual para Alimentação Escolar. Creio que houve um grande avanço. Essa é uma demanda antiga de diversos setores, e a medida provisória garante que 30% dos recursos repassados do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação sejam oriundos da agricultura familiar, dispensando-se a licitação, desde que o preço pago pelos produtos seja compatível com o valor do mercado. Além disso, deve haver a garantia de qualidade desses produtos.

Um grande problema da agricultura familiar é o mercado e a capacidade de transportar os produtos. O governo federal, por meio dessa medida, vem facilitar, e muito, pois cada Município consome todos os dias um grande volume de produtos para a alimentação.

E o mais importante é que força a valorização dos produtos da agricultura local, os produtos regionais. Lamentavelmente, ainda persiste nas escolas a merenda com uma qualidade nutricional suspeita - ainda se fala "merenda", mas quer dizer alimentação escolar, não simplesmente merenda. Ou seja, isso ocorre na área da educação, como se diz, na matriz. A educação deve acontecer em todos os lugares, mas a escola tem de dar exemplo. É ali onde se deveria trabalhar uma nova cultura alimentar, a reeducação alimentar, no entanto ela dá o mau exemplo. Às vezes se passa toda a semana consumindo uma grande concentração de carboidrato, e há consequências, como doenças e tantas outras coisas que prejudicam a vida. Sabemos dessa Medida Provisória nº 455. Estou em comunhão com os movimentos sociais que reivindicam o aperfeiçoamento, algo que havia sido trabalhado na Câmara dos Deputados, mas, quando foi para o Senado, houve resistência das lideranças políticas. Houve resistência de Deputados e Senadores. Estava tramitando um projeto de lei com um trabalho sintonizado com o Conselho Nacional e todas as lideranças. Quando o Presidente Lula percebeu que haveria resistência, que não seria aprovado, então recorreu à medida provisória, lamentavelmente com algumas brechas, que às vezes permitem a terceirização. E não queremos que os produtos da agricultura familiar sejam um negócio, queremos que sejam uma garantia da qualidade da alimentação escolar. Portanto que garantam a qualidade de vida para as pessoas, Deputado Almir Paraca, para que, quando elas receberem frutas, legumes, verduras, arroz, leite e carne, estejam recebendo algo de qualidade para garantir a vida e a saúde, e não a morte. Lamentavelmente, ainda hoje, muitos produtos que ingerimos estão produzindo doenças e morte.

O Deputado Almir Paraca (em aparte)* - Nobre Deputado Padre João, inicialmente digo do nosso orgulho, da nossa satisfação de tê-lo como Líder da Bancada do PT neste momento importante, em que o calendário traz a discussão da sucessão eleitoral nos âmbitos estadual ou federal.

Em relação ao tema específico da merenda escolar, da alimentação, da nutrição dos nossos alunos, dos estudantes da rede pública, Deputado Padre João, temos a demonstração efetiva, para subsidiar essa defesa que o nobre Deputado faz, nas experiências que estão sendo executadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos - PAA - da Conab. Citei aqui três experiências que estamos acompanhando de perto, em João Pinheiro, Paracatu e Unai, onde conseguimos, num grande esforço, construir uma parceria que viabilizasse uma equipe multidisciplinar, composta de engenheiros agrônomos, técnicos agrícolas e nutricionistas - aí chamo a atenção para os nutricionistas, que estão ajudando a balancear a merenda escolar -, tudo isso associado com a compra dos produtos da agricultura familiar por meio do PAA.

Portanto, sempre que possível, temos falado sobre esse modelo, trazendo informações e exemplos, porque a integração de ações, a tal transversalidade das políticas públicas é um grande desafio. V. Exa. sabe disto, Padre João: precisamos pôr em prática essa integralização de ações. Por isso sempre convidamos as pessoas para verem esse modelo funcionando bem. Quem quiser conhecê-lo poderá ir a João Pinheiro, Paracatu e Unai, onde muitos recursos da Conab estão permitindo que produtos da agricultura familiar, por meio do PAA, cheguem, com qualidade e de forma balanceada, às escolas. Ou seja, o consumo desses alimentos se dá a partir das orientações das nutricionistas, que infelizmente não estão disponíveis na quase totalidade das escolas brasileiras. Como se vê, isso não acontece apenas em Minas Gerais. Não dispomos de uma rede de nutricionistas apoiando, orientando esse trabalho. Parabéns pela iniciativa e pela abordagem do tema, Deputado Padre João. Acreditamos que esse período em que V. Exa. ficará na Liderança será muito frutífero para a nossa Bancada e para o PT, em Minas Gerais. Sucesso em seu trabalho.

O Deputado Padre João* - Obrigado, companheiro Almir Paraca. V. Exa. sabe do grande desafio que temos à frente. Administramos alguns resquícios que vêm de fora e dizem respeito às eleições, mas podemos aproveitar a oportunidade para fazer um apelo ao Presidente. Fiquei encantado ao visitar a Apae de Visconde do Rio Branco, pois lá existem quatro nutricionistas. Isso numa única Apae! Lá há duas: a rural e a urbana. Enquanto isso, toda a superintendência não possui sequer um profissional. Então estamos tentando dar uma contribuição, e não tentando combater nem criticar determinado governo. Temos de valorizar esses profissionais. Aliás, as Prefeituras, a rede municipal deve também valorizar, dar importância ao nutricionista, visto que esse profissional cuida da vida das pessoas. Quantas doenças poderiam ser evitadas se as pessoas recebessem uma alimentação adequada, balanceada. Com certeza, a qualidade de vida seria outra. Assim sendo, cada escola do Estado ou do Município carece desse profissional, o nutricionista.

O Deputado Almir Paraca falava sobre o PAA. O governo federal possui programas como o Luz para Todos e o Bolsa-Família e criou novos câmpus nas universidades federais. Ademais, pode-se citar o Cefet, que se transformou em Infet, também com novos câmpus. Enfim, podemos lembrar muitas coisas, porém, na minha avaliação, o melhor programa do governo Lula é o PAA. O governo federal, por meio da Conab, adquire os produtos da agricultura familiar e os doa a entidades que, há séculos, vêm fazendo um belo trabalho de caridade, a exemplo dos vicentinos e dos espíritas. Então, um dia por semana, essas entidades recebem verduras e legumes diversos, conforme a produção do Município. Esse programa, que também garante renda para os agricultores familiares, faz a diferença.

No tocante à Medida Provisória nº 455, além de forçar a destinação de 30% dos recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE - para a aquisição de produtos da agricultura familiar, há uma novidade: a alimentação escolar é estendida também ao ensino médio.

O § 5º, inciso I, diz quem deverá receber: creches, pré-escolas e escolas do ensino fundamental e médio, qualificadas como entidades

filantrópicas ou por elas mantidas, inclusive as de educação especial, e também as creches, pré-escolas e escolas comunitárias de ensino fundamental e médio conveniadas com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Sabemos que boa parte dos alunos do ensino médio trabalham e, muitas vezes, saem do trabalho e vão direto para a escola; além do mais, seu rendimento era pouco, porque eles não tinham uma alimentação escolar adequada. Aliás, não tinham alimentação nenhuma. Os alunos do ensino médio não tinham direito à alimentação escolar. Mas agora temos garantia de que a terão, o que é uma grande conquista.

Foram muitos anos ouvindo reclamações, mas até que enfim o clamor dos alunos e dos pais dos alunos do ensino médio chegou ao Palácio do Planalto e contou com a sensibilidade do Presidente Lula, que teve essa iniciativa expressa na medida provisória. É uma grande conquista.

Apelo para a necessidade de organização, que deve partir dos Vereadores, dos Prefeitos e das lideranças comunitárias. Digo isso porque um dos critérios dessa organização está na aquisição do alimento do agricultor associado. Então, o ideal, em cada comunidade rural, é a existência de uma associação. É importante organizar-se, porque sozinhos não vamos tão longe. Quando as famílias se agrupam para debater sobre a sua própria realidade, formalizando essa união numa associação, com certeza não só terão acesso a esse programa, mas também terão aumentada a sua capacidade de lutar e de conquistar outros benefícios e direitos, como é o caso das estradas e da assistência técnica, uma assistência técnica adequada na linha da agroecologia, para produzir alimentos para a vida, e não para produzir alimentos com veneno, e assim gerar a morte.

É esse o grande apelo. Encerro a minha fala trazendo a grande notícia dessa medida provisória, que vem ao encontro da necessidade do nosso povo, sobretudo do rural. Mas, no caso da alimentação escolar, urbanos e rurais serão beneficiados. Vamos nos organizar. É importante que cada comunidade rural tenha a sua associação e que ela seja de fato comunitária, possibilitando assim a implementação desse programa tão importante. Creio que o governo federal fez a sua parte, e agora cabe a nós e às lideranças comunitárias fazermos a nossa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 17/2/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Antônio Carlos Arantes

exonerando, a partir de 1º/3/09, Karina Margarida Furlan Marques do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 4 horas;

exonerando Walysson Oliveira Nascimento do cargo de Motorista, padrão VL-26, 8 horas;

nomeando Glauco Lauria Marques para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 4 horas.

Gabinete do Deputado Eros Biondini

nomeando Thiago Magela de Carvalho para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas.

Gabinete do Deputado Fahim Sawan

exonerando, a partir de 2/3/09, Bárbara Peixoto da Silva do cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas;

exonerando, a partir de 2/3/09, Juliana Peracini da Costa do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

exonerando, a partir de 2/3/09, Michele Sadú Quadros Rodrigues do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

exonerando, a partir de 2/3/09, Taís Ude de Sousa do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 4 horas;

nomeando Bárbara Peixoto da Silva para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 8 horas;

nomeando Renata Mourão Alves para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Taís Ude de Sousa para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas.

Gabinete da Deputada Maria Lúcia Mendonça

exonerando, a partir de 1º/3/09, José Francisco Lima do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Pedro Henrique Salomé do Amaral do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal

desta Secretaria:

nomeando Ronan Edgard dos Santos Moreira para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 108/2008

Objeto: contratação, pelo período de 12 meses, de serviços de conexão de dados. Pregoeira vencedora: CTBC Multimídia Data Net S.A.

Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2009.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.